



**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

REGINA PEREIRA E SILVA

**BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II: seu contexto
na Educação Profissional e Tecnológica**

Rio de Janeiro

2024

REGINA PEREIRA E SILVA

**BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II: seu contexto na Educação
profissional e tecnológica**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Leonidas de Brito

Rio de Janeiro

2024

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S586 Silva, Regina Pereira e
Bibliotecas do Colégio Pedro II : seu contexto na Educação
Profissional e Tecnológica / Regina Pereira e Silva. - Rio de Janeiro, 2024.

82 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e
Tecnológica) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação,
Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Leonardo Leonidas de Brito.

1. Bibliotecas. 2. Colégio Pedro II. 3. Rede Federal de Educação
Profissional, Científica e Tecnológica (Brasil). 4. Educação profissional.
5. Educação tecnológica. 6. Formação continuada. 7. Documento
orgânico. I. Brito, Leonardo Leonidas de. II. Título.

CDD 027.8

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA



REGINA PEREIRA E SILVA

BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II: seu contexto na Educação
profissional e tecnológica

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 27 de dezembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonardo Leônidas de Brito
Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Rodrigo Trevisano de Barros
Colégio Pedro II

Prof. Dra. Irany Gomes Barros
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro
2024



COLÉGIO PEDRO II
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA



REGINA PEREIRA E SILVA

Produto Educacional apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

validado em 27 de dezembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Dr. Leonardo Leonidas de Brito (Orientador)
Colégio Pedro II

Prof. Dr. Rodrigo Trevisano de Barros
Colégio Pedro II

Prof. Dra. Irany Gomes Barros
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Este trabalho é dedicado a todos que fizeram parte da minha caminhada; alguns foram mais próximos como filhos e amigos; outros foram companheiros curiosos. Porém, acima de tudo e todos, é dedicado para aquele que é o meu Amado, Noivo e Marido, meu Yeshua Hamashia.

AGRADECIMENTOS

Minha trajetória tem sido conduzida pelo Supremo Diretor, cuja soberania e amor incondicional me oferecem novas oportunidades de continuar.

Distingo que mencionar nomes de maneira seletiva seria injusto e, por outro lado, omiti-los poderia ser interpretado como falta de reconhecimento pelo valor de cada indivíduo que contribuiu para esta jornada.

Com essas reflexões, manifesto minha sincera gratidão a todos que fizeram parte do meu percurso. Alguns permaneceram mais próximos, enquanto outros, por força do tempo, distanciaram-se. Contudo, cada um exerceu um papel relevante criticando construtivamente ou sustentando-me em momentos de fragilidade, quando considerei desistir, acreditando que a caminhada profissional e de vida estivesse próxima de seu término.

À família, expresso os mais profundos agradecimentos. Sou imensamente grata às filhas e filho, nora, genros e netos, irmã e cunhado que, com seu amor incondicional, apoio irrestrito e afeto, tornaram-se a base sólida que sustenta minha vida sendo uma das razões pelas quais continuo a avançar com determinação. Muito obrigada por estarem sempre ao meu lado, com momentos preciosos, marcados por alegria, risos, conversas significativas e histórias que fortalecem nossos laços e renovam meu espírito.

Aos amigos, considerados como irmãos, dirijo estima e reconhecimento. A presença de cada um tem sido uma fonte perene de alegria e encorajamento. Os encontros são sempre marcados por diálogos enriquecedores e momentos memoráveis que fortalecem os vínculos de amizade.

Estendo a gratidão aos líderes pastorais que, de forma abnegada, dedicaram tempo e esforço e cuidado. O apoio espiritual, orientações sábias e compaixão têm sido indispensáveis ao meu crescimento pessoal e bem-estar.

Por fim, registro eterno reconhecimento ao meu orientador, cuja dedicação e sabedoria foram pilares fundamentais para que eu persistisse e alcançasse a etapa em que hoje me encontro.

Há uma grande nuvem de testemunhas ao meu redor. Assim, olhando firmemente para o Autor e Consumador da fé, Jesus, o qual, em troca da alegria que lhe estava proposta, suportou a cruz, não fazendo caso da ignomínia, e está assentado à destra do trono de Deus. Hebreus 12:1-2 (Almeida Atualizada).

RESUMO

SILVA, Regina Pereira e. **BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II: seu contexto na Educação profissional e tecnológica.** 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

Essa pesquisa busca analisar a percepção do Colégio Pedro II, em relação à sua Rede de bibliotecas, especificamente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Serviu-se da documentação orgânica institucional que é um elemento vital para identidade, estruturação e operação na rede de ensino, especialmente das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFs), sendo uma chave na gestão dos órgãos e organismos a eles vinculados. A pesquisa foi classificada como uma investigação exploratória e documental, com base em referências bibliográficas e documentos orgânicos. A interação entre o Colégio Pedro II e os Institutos Federais no Brasil evidencia a importância decisiva para a compreensão das políticas educacionais e das transformações estruturais que moldaram a educação profissional e técnica no país. Como resultado constatou-se a ausência de menção das bibliotecas em alguns documentos tanto nos orgânicos institucionais quanto da gestão dos locais bibliotecários, relacionado às bases da EPT objetivando melhor ordenamento e administração dos espaços. Verificamos com os resultados da pesquisa a necessidade de conscientização dos servidores quanto às bases da EPT e como a exigência para a conclusão da pesquisa de um mestrado profissional é a elaboração de um Produto Educacional (PE), como resposta a uma demanda identificada no locus da pesquisa, aplicável em contexto real de trabalho, escolhi construir uma proposta de workshop informativo. A sugestão deste evento visa a formação contínua dos trabalhadores das bibliotecas pertencentes ao Instituto Federal (IF) analisado, para a reflexão sobre como ser um agente multiplicador e motivador de disseminação de conhecimento e construtor de saberes, das bases da EPT, perfilado a perspectiva da formação integral do sujeito.

Palavras-chave: documentos orgânicos; formação continuada; produto educacional; bibliotecas de Ifs.

ABSTRACT

SILVA, Regina Pereira e. **BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II: seu contexto na Educação profissional e tecnológica.** 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2024.

This research aims to analyze the perception of Colegio Pedro II regarding its library network, specifically in the context of Professional and Technological Education (EPT). It utilized institutional organic documentation, which is a vital element for the identity, structuring, and operation of the educational network, especially for Federal Institutes of Professional and Technological Education (IFs), serving as a key in the management of the bodies and organisms linked to them. The research was classified as an exploratory and documentary investigation, based on bibliographic references and organic documents. The interaction between Colegio Pedro II and the Federal Institutes in Brazil highlights the decisive importance for understanding educational policies and the structural transformations that have shaped professional and technical education in the country. As a result, it was found that there was an absence of mention of libraries in some documents, both in institutional organic documents and in the management of library spaces, related to the bases of EPT aiming for better organization and administration of spaces. The research results indicated the need to raise awareness among staff about the bases of EPT, and as the requirement for the completion of professional master's research is the development of an Educational Product (PE), as a response to a demand identified in the research locus, applicable in a real work context, I chose to construct a proposal for an informative workshop. The suggestion of this event aims at the continuous training of library workers belonging to the analyzed Federal Institute (IF), to reflect on how to be a multiplier and motivator of knowledge dissemination and builder of knowledge, based on the EPT foundations, aligned with the perspective of the integral formation of the individual.

Keywords: organic documents; continuing education; educational product.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Diferenças entre tipos de bibliotecas	41
QUADRO 2	Tipos de ensino e atendimento	48
QUADRO 3	Documentos Institucionais CP II	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABBD: Associação Brasileira de Bibliotecas

Bíb. Livre: Sistema gratuito de gestão de bibliotecas

BN: Biblioteca Nacional

CEFET: Centros Federais de Educação Tecnológica

CONSUP: Conselho Superior

CPIL: Colégio Pedro II

CREIR: Centro de Referência em Educação Infantil Realengo

DPE: Documento de Planejamento Estratégico

EC: Educação Continuada

EIF: Estatuto dos Institutos Federais

EMI: Educação Média Integrada

EPT: Educação Profissional e Tecnológica

GT: Grupos de Trabalho

IFEPTT: Institutos Federais de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica

IF: Instituto Federal

IFECT: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFLA: International Federation of Library Associations and Institutions

IFs: Institutos Federais

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LR: Lei Rouanet

MEC: Ministério da Educação

NBP: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

PDC: Política de Desenvolvimento de Coleções

PE: Produto Educacional

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional

PNI: Programa Nacional de Incentivo à Leitura

PNBE: Programa Nacional de Biblioteca Escolar

PNL: Política Nacional do Livro

PNLL: Plano Nacional do Livro e da Leitura

PPC: Projeto Pedagógico de Curso

PRODI/DTI: Diretoria de Tecnologia da Informação

PROEJA: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEN: Pró-Reitoria de Ensino

PROFEPT: Programa de Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica

PROPGEPC: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

PROPGPEC: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura

PPP: Projetos Políticos Pedagógicos

RFEPCT: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RICPII: Regimento Interno do Colégio Pedro II

ROPGPEC: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura

SIBI/CPPII: Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	UMA ESCOLA CENTENÁRIA.....	18
1.1	A MOTIVAÇÃO DO ESTUDO.	18
2	JUSTIFICATIVA.	22
3	OBJETIVOS.....	23
3.1	GERAL.....	24
3.2	ESPECÍFICOS.....	24
3.3	MÉTODOS DA PESQUISA	24
4	REFERENCIAL TEÓRICO.	27
4.1	MARCO LEGAL E POLÍTICO DA EPT.	27
4.2	CARACTERÍSTICA DA DOCUMENTAÇÃO ORGÂNICA.....	28
5	CONFIGURAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E SUAS BIBLIOTECAS.	30
5.1	O COLÉGIO PEDRO II.	31
6	RELEVÂNCIA DAS BIBLIOTECAS NA EDUCAÇÃO.....	35
6.1	RELEVÂNCIA NO BRASIL.....	36
7	BIBLIOTECAS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	38
7.1	BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....	40
7.2	BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II.....	44
7.3	Atribuição Na Rede SIBI/CPIL.....	46
8	O EFEITO E CONTEXTO DA LEI APLICADA AO COLÉGIO PEDRO II.	50
9	DOCUMENTAÇÃO ORGÂNICA INSTITUCIONAL NO COLÉGIO PEDRO II.	54
9.1	ANÁLISE DOCUMENTAL.....	55
9.2	ESTRATÉGIAS PARA OTIMIZAR A PARTICIPAÇÃO DAS BIBLIOTECAS NOS DOCUMENTOS ACADÊMICOS.....	64
10	CONCLUSÃO.....	66
	REFERÊNCIAS	70
	ANEXO A - EVOUÇÃO DAS BIBLIOTECAS 2008 – 2022	80

INTRODUÇÃO.

O Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), é um programa de pós-graduação *stricto sensu* que foca na formação e desenvolvimento de profissionais capacitados para atuar em diferentes áreas do mercado de trabalho, utilizando metodologias que vão além da simples transmissão de conteúdo, considerando as especificidades dos diferentes campos de atuação.

Além disso, contribui para uma gestão, administração e as políticas educacionais direcionadas à EPT explorando o uso de tecnologias na educação, sua integração no ensino e as relações entre tecnologia e pedagogia.

A EPT é uma modalidade de educação que oferta cursos com vista ao aprimoramento dos currículos e programas direcionados ao mundo do trabalho, configurando-se um importante caminho à qualificação profissional e está incluída na pauta das políticas públicas do Governo Federal.

A abordagem é multidisciplinar permitindo uma reflexão crítica sobre os desafios e as práticas da educação profissional e tecnológica, nos ambientes de ensino, os impactos nos processos educativos, as interações entre educadores e alunos, e a construção na sociedade levando em consideração o conhecimento.

Esta dissertação é parte do processo de estudo e pesquisa realizado ao longo dos anos de 2021, 2022 e 2023, e 2024, durante o mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), no Colégio Pedro II (CPII), inserida no macroprojeto de pesquisa denominada *Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos* na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Seu escopo versa sobre as questões do planejamento, organização e vivência de espaços pedagógicos, formais da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão de acervo dos Institutos Federais (IF), investigando as relações desses espaços com a EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e a sociedade.

A exigência para a conclusão da pesquisa de um mestrado profissional é a elaboração de um Produto Educacional (PE), como resposta a uma demanda identificada no *lócus* da pesquisa, aplicável em contexto real de trabalho. Escolhi construir uma proposta de *workshop* informativo. A sugestão deste evento visa a formação contínua dos trabalhadores das bibliotecas pertencentes ao Instituto Federal (IF) analisado.

O objetivo principal é proporcionar um espaço que estimule a reflexão crítica sobre a atual realidade dos espaços de gestão de acervos, fomentando a busca por melhorias e aprendizado contínuos sobre as práticas biblioteconômicas modernas, promovendo a atualização de conhecimentos, como habilidade essencial para o desempenho eficiente de suas funções.

O PE constitui uma unidade textual em si, com conteúdo e forma próprios, podendo ser lido, na íntegra, ao final da dissertação, à qual está inserido como apêndice.

A construção do Produto Educacional serviu-se da pesquisa feita na documentação orgânica institucional principal elemento que auxilia a identidade, estruturação e operação na rede de ensino, especialmente das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, sendo uma chave na gestão dos órgãos e organismos a eles vinculados.

Verificamos com os resultados da pesquisa a necessidade de conscientização dos servidores quanto às bases da EPT, e sua efetiva contribuição a educação.

A proposta do *workshop* foi idealizada para acontecer em modalidade de Educação à Distância – EAD, disponibilizado por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Será composta por vídeos educativos de curta duração e textos exibidos em apresentações interativas, abordando temas para ampliar o debate quanto as melhores práticas e metodologias que podem ser aplicadas para conhecimento e conscientização das bases da EPT,

Outra sugestão para o evento é tornar mais evidente aos participantes os atributos e benefícios da gestão e construção de documentação orgânica relacionadas as bibliotecas, com ênfase na valorização dos saberes construídos envolvendo uma cultura de informação.

Espera-se que, ao final do workshop, os trabalhadores das bibliotecas estejam mais preparados para enfrentar os desafios do ambiente biblioteconômico contemporâneo bem como, a importância de seu papel na promoção do acesso à informação e no apoio ao desenvolvimento acadêmico e cultural da comunidade escolar.

A abordagem do Instituto Federal CP II com suas bibliotecas é pelo desempenho primordial como referência educacional de atividades acadêmicas e administrativas no Brasil. Considerados órgãos auxiliares, as Unidades de

Informações devem prestar serviços de apoio ao público acadêmico dos centros educacionais que estão interligados. Portanto, é primordial compreender como ela é percebida para que suas funções estejam sempre aprimoradas.

Com essa reflexão, buscamos analisar a percepção do Colégio Pedro II, em relação à sua Rede de corporações de informações, especificamente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) mediante a documentação orgânica institucional, pois é como um canal de comunicação eficaz entre o órgão e outros setores da escola, facilitando a troca de informações e a colaboração interdepartamental. Essa análise é feita considerando a visão, os valores, missão e prioridades descritas no seu conjunto de documentos.

1 UMA ESCOLA CENTENÁRIA.

Atualmente, o Colégio Pedro II é composto por 16 unidades de bibliotecas escolares vinculadas a vários *campi*, além das Bibliotecas Especializadas no *campus* Centro, a de Referência em Educação Infantil Realengo (CREIR), e a Biblioteca da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC).

As Unidades estão distribuídas nos bairros do Rio de Janeiro, Centro (3 unidades, incluindo o Ladar), São Cristóvão (3 unidades), Humaitá (2 unidades); tijuca (2 unidades); Engenho Novo (2 unidades); Realengo (2 unidades), cidade de Duque de Caxias (1 unidade) e no município de Niterói (1 unidade), Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Todas estão situadas no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), pertencendo ao recém-criado Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II (SIBI/CPII)

Trabalham na promoção do acesso à informação, na preservação da memória institucional e na formação de leitores críticos e embora façam parte de uma Rede, cada uma é ligada ao seu respectivo campus e segue as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação, para o CPII. Cada Unidade é composta por equipes formadas pelo bibliotecário responsável e outros técnicos administrativos, podendo variar de um a quatro, para execução do serviço técnico e atendimento ao leitor.

Nesse contexto, destaco que contemplam um público-alvo diversificado, do qual faz parte pesquisadores, professores, técnicos, e alunos tanto da educação básica quanto da pós-graduação. Além disso, a tipologia do acervo disponível abrange uma ampla variedade de materiais, como histórias em quadrinhos, literatura infantil, infanto-juvenil, obras acadêmicas e documentos de memória e objetivos diversos, perpassando pelo lazer, recreação, apoio à pesquisa escolar e acadêmica.

1.1 A MOTIVAÇÃO DO ESTUDO.

Ao ingressar no Colégio Pedro II em 2014, percebi que as bibliotecas da instituição estavam em busca de melhoria para a gestão de seus acervos. Entretanto, não havia um trabalho coordenado e padronizado nas rotinas de automação referentes à aquisição, processamento técnico e circulação dos materiais.

Cada responsável executava essas atividades de forma independente e manual, o que resultava em aumento no tempo necessário para a realização das tarefas e levava à oferta de produtos e serviços de forma descentralizada.

Inúmeras foram as tentativas, tanto dos bibliotecários, quanto da área de Tecnologia da Informação (PRODI/DTI) do Colégio Pedro II na busca de soluções para automatizar os processos de gestão de acervos da instituição, por entender que essa questão seria um marco de mudança.

As primeiras experiências nesse sentido aconteceram nos anos 2009 a 2013, com o desenvolvimento de um aplicativo interno, realizado pela própria empresa que prestava serviços de TI ao colégio. Sem alcançar os resultados satisfatórios, outra experiência foi o uso do BÍB. Livre, um sistema gratuito de origem nacional, mas que devido à complexidade dos acervos, públicos e outras necessidades institucionais do CPII não logrou êxito.

A partir de setembro de 2014, a Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), formalizou a adoção do software Koha, um sistema de gestão de acervo, objetivando atender às demandas informacionais. O *Koha* foi testado e implantado, passando a ser utilizado oficialmente, no início, pela Unidade da Pós-Graduação (PROPGEPC) e do Campus São Cristóvão III,

O uso do Sistema permitiu uma gestão mais eficiente e integrada dos acervos e serviços, facilitando o cadastro e a catalogação de novos títulos, além de disponibilizar um portal online que oferece aos usuários um acesso mais intuitivo às informações sobre livros e outros materiais disponíveis e usabilidade do acervo feito de forma mais precisa e assertiva, ainda que seja somente pela intranet.

A adoção do sistema deixou evidente a necessidade de estabelecer algumas políticas que iriam influenciar todo o trabalho de gestão dos espaços de informação, a saber as políticas de desenvolvimento das coleções e dos serviços ofertados tendo como norte a padronização, normativa, organização dos processos, modernização e gestão informativa.

Foi preciso que a equipe passasse por treinamentos que possibilitaram não apenas o domínio da nova ferramenta de gestão, o sistema *Koha*, mas também uma melhor compreensão das necessidades dos usuários e da Rede, buscando fomentar um atendimento de qualidade, respeitando as particularidades, peculiaridades e generalidades dos grupos nos *campi*.

A frente da Central de Bibliotecas no período de 2015 – 2019 estava a Bibliotecária-documentalista Marcia Feijão de Figueiredo que com outros líderes dos

campi pleitearam as propostas de capacitação do uso da ferramenta de gerenciamento eletrônico, o *Koha*, a Diretoria de Assuntos Estudantis e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional para todos os atuantes nos espaços de informações.

Percebendo que as demandas estavam além da gestão dos acervos, mas envolvia toda a organização das Unidades de Informação após entendimentos com os bibliotecários responsáveis, e outros servidores atuantes dos locais formaram se vários Grupos de Trabalhos (GT), com o intuito de promover a criação de apontamentos necessários a uma melhor constituição e organização, garantindo funcionamento e qualidade dos serviços oferecidos.

A partir da análise das características institucionais, foram determinadas as demandas específicas para o Sistema e para a Central, hoje Rede SIBI/CP II, garantindo uma implementação alinhada com os objetivos do CP II. Dessa forma, a dinâmica passou a contar com uma gestão mais transparente e eficiente, fomentando o fortalecimento dos espaços da informação como fundamentais para o aprendizado e o desenvolvimento cultural dos alunos, professores e da comunidade escolar na totalidade.

Como membro da equipe da Biblioteca Clementina Silva Dias, em São Cristóvão III, fui uma das primeiras a participar efetivamente dos testes necessários à comprovação da idoneidade do sistema, colaborando ativamente com os grupos de trabalho, observando as relações estabelecidas entre a Central e a Instituição CP II, monitorando as políticas institucionais e seus possíveis desenvolvimentos.

Minha participação no projeto não se limitou à execução de tarefas técnicas. Mediante uma abordagem colaborativa, contribui para a formação de GTs coesos e eficientes, promovendo um ambiente de trabalho produtivo e inovador; a experiência acumulada permitiu uma adaptação eficiente às necessidades do Sistema incluindo os *campi* que atendem o público Infantil do Colégio Pedro II.

Contudo, com a saída da Marcia Feijão do CP II, para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, e logo a seguir a Pandemia, as iniciativas dos GTs foram paralisadas. No retorno das atividades acadêmicas presenciais, em 2022, todo o trabalho já construído ou discutido foi encerrado, não chegando a culminar em processo de reconhecimento pelo CONSUP.

Entretanto, nossas conquistas, nesse período de dez anos, não são significativas quanto a real necessidade de organização, além da aquisição de

mobiliários, alguns equipamentos, e livros, apesar de haver constantemente o comentário da “biblioteca ser o coração da escola”.

Crendo no potencial da equipe de gestão biblioteconômica nasceu o desejo de verificar como são compreendidos de fato pela Instituição e em quais instâncias é necessário mudança comportamental e/ou Institucional.

Observado a instituição de educação pública onde trabalho, na expectativa de contribuir com a comunidade acadêmica firmo uma indagação e espero discernir na literatura acadêmica onde a importância das bibliotecas na EPT, é enfatizada com a devida relação existente no suporte ao aprendizado contínuo atualizados, utilizando conhecimentos técnicos e tecnológicos, amparada pelo corpo diretivo com recursos essenciais que complementam a formação prática e teórica das equipes.

2 JUSTIFICATIVA.

A relevância desta pesquisa está na contribuição para o campo da Educação Profissional e Tecnológica dos Institutos Federais com sua documentação institucional, contribuindo com o pensamento de como a documentação orgânica pode refletir a visão institucional.

A despeito dos resultados, as respostas podem orientar melhorias tanto na gestão conjunta dos centros de informações, alinhando-a melhor às necessidades e expectativas da comunidade acadêmica, docente e discentes, quanto ao destacar áreas que na Instituição necessitam de relevância ou que podem ser aprimoradas.

Além disso, a pesquisa minimiza o preenchimento de uma lacuna na literatura existente, onde poucos estudos abordam a relação entre a documentação orgânica de uma Instituição Federal e percepção institucional como um ponto categórico que pode ser explorado para entender melhor sua importância na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

No contexto do Colégio Pedro II (CPII), essa investigação pode revelar opiniões práticas e valiosas para aprimorar a oferta de EPT para gestores, administradores, reitores e outros responsáveis por IFs.

Os resultados da pesquisa podem servir como base para a formulação de políticas públicas relacionadas à biblioteconomia e ao acesso à informação, contribuindo para um debate mais amplo sobre o relacionamento das academias de informação em Centros Federais. O olhar institucional pode ser influenciado por contextos históricos e sociais e a pesquisa pode ajudar a entender como esses fatores moldam a percepção da sociedade.

Escolher o Colégio Pedro II como Instituição é relevado por ser uma instituição secular e emblemática no cenário educacional brasileiro, representando um marco na história da educação no país e contribuindo de maneira significativa para a formação de diversas gerações de estudantes, muitos dos quais se tornaram figuras influentes em várias esferas da sociedade brasileira.

3 OBJETIVOS

Objetivo investigar os aspectos essenciais existentes na documentação institucional que precisam ser considerados em uma organização em relação a um órgão específico, neste caso, a biblioteca, abrangendo parceria, planejamento, reconhecimento deste órgão e visibilidade.

O propósito é verificar que, na prática, esses documentos são relevantes, funcionais com a devida distinção no contexto do desenvolvimento educacional da Rede Federal, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), onde a valorização é basilar para o suporte ao aprendizado e à formação integral dos estudantes.

Pesquisamos, se após doze anos da publicação da Lei n.º 12.677/12, houve ausência de uma posição clara da Instituição Colégio Pedro II, conforme as bases conceituais da EPT, em relação às bibliotecas do ensino médio técnico integrado, ampliando lacunas na constituição de outros indivíduos críticos atuantes e autônomos para com a sociedade, sem amparo de uma base educacional fundamentada na leitura, educação e conhecimento.

Com base na análise dos documentos institucionais do Colégio Pedro II, nossa hipótese sugere que se não estão recebendo o reconhecimento que precisam, sendo subestimadas em sua importância, a presença limitada ou a menção inadequada nos documentos, pode refletir uma visão restrita dos gestores sobre seu potencial no apoio às atividades acadêmicas.

Essa subvalorização pode comprometer não apenas a visibilidade do organismo, mas também a capacidade de contribuir efetivamente para o desenvolvimento educacional e a formação dos alunos. Caso seja real essa hipótese, é decisivo um movimento de mudança nos documentos institucionais, reconhecendo e integrando a biblioteca como um componente vital da estrutura educacional, com uma abordagem mais abrangente que valorize o contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

A presunção acompanhou a percepção de oportunidade de realizar esta pesquisa é propícia à construção de um Produto Educacional (PE) que aborde a temática da Educação Profissional e Tecnológica, fundamentando-se em seus princípios teórico-metodológicos e aspectos conceituais primordiais.

Seguindo essas considerações, os objetivos definidos para a pesquisa foram:

3.1 GERAL

Analisar os discursos descritos nas fontes documentais orgânicas onde as bibliotecas do Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II (SIBI/CP II) da EPT estão relatadas.

3.2 ESPECÍFICOS

Examinar como a realidade documental orgânica confere a devida valorização desse órgão identificando as implicações dessa desvalorização.

Propor estratégias para realocação no contexto institucional, da EPT, à realidade documental orgânica, com finalidade de maior clareza ao Colégio Pedro II, como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Elaborar um produto educacional que motive reflexão aos servidores da Rede SIBI/CP II, mobilizando-os ao engajamento, e disseminação do conhecimento das bases da educação omnilateral e EPT.

3.3 METODOS DA PESQUISA

Classificamos esses estudos como uma investigação exploratória e documental, com base em referências bibliográficas e documentos orgânicos. A interação entre o Colégio Pedro II e os Institutos Federais no Brasil evidencia a importância decisiva para a compreensão das políticas educacionais e das transformações estruturais que moldaram a educação profissional e técnica no país. Através dessa abordagem, foi possível destacar o exemplar significado que a legislação e os documentos oficiais exercem na sua configuração e desenvolvimento.

Nos baseamos nas referências definidas por Gil (2007), quanto a pesquisa exploratória bibliográfica a fim de oferecer uma metodologia sistemática para investigar questões que carecem de informações consistentes, necessária ao estudo e análise de um grande conjunto de documentos e referências que de outra forma, poderiam permanecer dispersos e pouco utilizados.

O estudo bibliográfico foi desenvolvido com base em fontes, incluindo livros e artigos acadêmicos. Além disso, foram utilizados anais de congressos, monografias, teses e dissertações, identificados por meio das bases de dados consultadas e pela prática em referências e citações de outras pesquisas, tanto online quanto manualmente.

Elementos típicos da literatura cinzenta, como relatórios institucionais, portarias, memorandos, e registros de outros registros foram buscados. Procuramos também por materiais apresentados em congressos, seminários e fóruns, bem como de diários oficiais, incluindo leis e projetos de lei. De acordo com Dudziak (2016), a inclusão de literatura cinzenta¹ é útil para capturar informações que não estão disponíveis em fontes tradicionais.

Utilizamos palavras-chave como “Rede Federal EPCT”, “Institutos Federais”, “Colégio Pedro II” “bibliotecas do CPII” e “Documentação orgânica” durante a busca pela literatura específica, sendo facilitador no refino dos resultados, na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia, com acesso livre e gratuito. O estudioso do tema Silva (2023), a utilização de múltiplas fontes é essencial para garantir a abrangência e a profundidade da pesquisa.

A pesquisa documental, conforme descrito por Oliveira (2021), é uma metodologia que permite a análise de documentos oficiais e não oficiais, proporcionando uma visão mais completa e detalhada do objeto de estudo. Dessa forma, a combinação de diversas fontes e classificação de documentos enriqueceu a análise e contribuiu para a robustez dos resultados obtidos.

O desenvolvimento da análise documental teve em vista observar o corpus constituído de documentos considerados oficial e técnico, considerando-se que essa escolha nunca é “aleatória”, mas objetivando “propósitos, ideias ou hipóteses” (Ludke; André, 1986, p. 40).

Almeida; Perucchi; Freire (2020) fornecem orientações valiosas ao descrever a natureza da pesquisa documental, que, apesar de ter semelhanças com a pesquisa bibliográfica, se diferencia pelas fontes utilizadas. Nesse sentido, a pesquisa documental abre acesso a materiais que muitas vezes não foram devidamente examinados, proporcionando novas oportunidades de interpretação e reflexão acerca do tema.

¹ A literatura cinzenta inclui documentos que não são publicados de forma convencional, sem revisão editorial ou científica. Exemplos comuns são atas de reunião, relatórios, normas técnicas, boletins informativos, documentos parlamentares e governamentais, dados de censo, ensaios clínicos, e-mails, mapas, conteúdos de repositórios, levantamentos geológicos, vídeos e artigos de blogs.

São importantes para as pesquisas ao apontar informações valiosas que não são facilmente encontradas em fontes tradicionais.

Outra escolha relevante no escopo da pesquisa foi a análise restrita à literatura brasileira. Essa escolha é justificada pelo fato de que os Institutos Federais são escolas de ensino profissional e tecnológico de caráter único, conforme destaca Pacheco (2011), o que também sugerem ser exemplares.

O cenário de representatividade na perspectiva legal, via documentos institucionais, do CP II, desta pesquisa foi composto pelas 06 bibliotecas, do Colégio, pertencente à EPT. A coleta de informações foi realizada em páginas oficiais do Colégio Pedro II disponíveis na internet, incluindo uma análise detalhada da legislação institucional emitida entre 2014 e 2024.

Esclarecemos que o Colégio Pedro II comunica e divulga suas atividades por meio de sua página online e durante o período de realização desse estudo, ainda não havia postagem atualização da documentação orgânica dos anos anteriores, para o ano atual 2024, sendo prorrogada conforme a deliberação do Conselho Superior² (CONSUP).

O levantamento bibliográfico foi guiado pelos referenciais teóricos apresentados no curso de mestrado, com ênfase nas disciplinas obrigatórias e uso da disciplina eletiva “Políticas Públicas na EPT”, elencada na linha de pesquisa: Bases Conceituais para a EPT e Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos da EPT.

Durante a elaboração do Produto Educacional, considerei diversos aspectos importantes como o alinhamento do conteúdo com as linhas e projetos de pesquisa do PROFEPT. Outro detalhe foi a afinidade com os referenciais teóricos e metodológicos utilizados na dissertação.

Houve cuidado com a linguagem utilizada para que estivesse em pleno acordo ao público-alvo, observando coerência, clareza e objetividade, destacando o potencial de aplicação do trabalho, bem como acesso público e gratuito dos resultados, possibilitando como resultado um PÉ inovador na concepção da documentação orgânica institucional, tendo por base as afirmações da EPT.

² Essa informação é relevante para entendermos a dinâmica institucional que regula suas práticas e como essas práticas estão alinhadas com as legislações vigentes.

4 REFERENCIAL TEÓRICO.

Mediante nossa investigação, que está firmada nos conceitos da Educação Profissional e Tecnológica, traremos algumas informações que escolhemos utilizar e nos auxiliarão no entendimento dessa forma de ensino.

4.1 MARCO LEGAL E POLÍTICO DA EPT.

- **Legislação:** A EPT é regulamentada por leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei 12.677/2012, que estabelece diretrizes específicas para a educação profissional. Essas legislações reconhecem a EPT como uma modalidade de ensino que deve ser integrada ao sistema educacional, promovendo a formação técnica e profissional dos alunos.
- **Políticas Públicas:** O governo brasileiro tem implementado políticas públicas que visam fortalecer a EPT, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que ampliará a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, especialmente para jovens e adultos.

Atendimento às necessidades do Mercado de Trabalho.

- **Qualificação Profissional:** A EPT é projetada para atender às necessidades específicas do mercado de trabalho, formando profissional com habilidades técnicas que são diretamente aplicáveis em diversas áreas. Isso é especialmente relevante em um contexto de rápida evolução tecnológica e mudanças nas demandas do setor produtivo.
- **Parcerias com empresas:** são bem-vindas as relações de ensino técnico estabelecidas em parcerias com empresas para desenvolver currículos que reflitam as competências exigidas pelo mercado. Essas colaborações podem incluir estágios, visitas técnicas e projetos conjuntos, proporcionando aos alunos experiências práticas que os preparam para o trabalho.

Desenvolvimento de Competências.

- **Habilidades Técnicas e Comportamentais:** A EPT não se limita ao ensino de habilidades técnicas; ela também enfatiza o desenvolvimento de competências comportamentais, como trabalho em equipe, comunicação e resolução de

problemas. Essas habilidades são essenciais para a inserção dos alunos no mercado de trabalho e para o seu sucesso profissional.

- **Educação Integral:** A EPT visa promover uma formação humana integral, que considera não apenas as habilidades técnicas, mas também aspectos sociais, culturais e éticos. Isso prepara os alunos para serem cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

Inclusão e Acessibilidade.

- **Educação para Todos:** A EPT de nível médio é uma oportunidade de inclusão social, oferecendo acesso à educação de qualidade para jovens de diferentes origens socioeconômicas. Programas de bolsas e incentivos são implementados para garantir que todos tenham a chance de se qualificar profissionalmente.
- **Diversidade de Cursos:** A oferta de cursos técnicos permite que os alunos escolham áreas que correspondam aos seus interesses e às demandas do mercado, promovendo a diversidade e a inclusão.

Impacto na Economia e na Sociedade.

- **Desenvolvimento Econômico:** A formação de profissionais qualificados contribui para o desenvolvimento econômico do país, uma vez que esses profissionais são fundamentais para a inovação, a competitividade e a produtividade das empresas.
- **Redução do Desemprego:** A EPT é de útil importância na redução do desemprego juvenil, proporcionando aos jovens as habilidades necessárias para ingressar no mercado de trabalho e contribuir para a economia.

4.2 CARACTERÍSTICAS DA DOCUMENTAÇÃO ORGÂNICA INSTITUCIONAL.

Falar de documentação orgânica é um tema com diferentes conceitos e amplas interpretações. Por isso, outra informação que cabe deixar claro com respeito à nossa investigação são alguns postos-chave para entender melhor o viés escolhido sobre documentação orgânica de uma IF em nosso estudo.

Consideramos como documentação orgânica³ aquela gerada internamente pela própria IF, abrangendo todos os setores e níveis, desde a administração até a execução de atividades acadêmicas e de pesquisa.

Ou seja, refere-se ao conjunto de documentos fundamentais para registrar a história, as atividades e a cultura da instituição ao longo do tempo, constituído de registros e materiais, gerados e utilizados pela instituição no exercício de suas funções, atividades e processos administrativos e acadêmicos.

A documentação orgânica é exigida para a transparência⁴ e prestação de contas da instituição, podendo deter valor histórico. É essencial ser organizada, acessível e classificada para que a comunidade interna e externa possa consultá-la quando necessário.

³ A Instrução Normativa TCU 84/2020, define os requisitos para a transparência e prestação de contas, incluindo a necessidade de publicar informações detalhadas sobre a gestão dos recursos públicos.

⁴ A Leis 12.527/2011 e 13.303/2016 é a Lei de Acesso à Informação e Lei das Estatais, respectivamente, essas leis estabelecem diretrizes para a transparência e a divulgação de informações pelas instituições públicas

5 A CONFIGURAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS E SUAS BIBLIOTECAS.

A criação dos Institutos Federais de Educação Profissional, Técnica e Tecnológica (IFEPTT) pela Lei 11.892, assinada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2008, é considerada nova no Brasil ao criar a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Com essa reformulação, todos os órgãos integrantes da Rede foram alterados para se alinhar à nova missão e aos objetivos propostos nos novos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP).

Essa proposta de Lei, inédita até então, oferece educação pública, profissional e tecnológica de qualidade, baseada nas práticas já existentes nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), nas escolas técnicas vinculadas às universidades federais e nas escolas técnicas e agrotécnicas federais. O resultado foi o surgimento dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT), atualmente conhecidos como Institutos Federais (IF).

Os Institutos Federais são estabelecimentos de ensino pluriculturais e multicampi, focados na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Eles oferecem diversos níveis e modalidades de ensino, incluindo cursos de EPT, graduações, pós-graduações e programas *stricto sensu*, todos no mesmo campus.

A nova missão e os objetivos dos Institutos Federais também fortalecem a relação entre a educação profissional e a promoção do desenvolvimento regional e nacional. Eles assumem a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador do país, por meio de parcerias com o setor produtivo e projetos de pesquisa e extensão que atendam às demandas da sociedade.

As mudanças decorrentes da legislação são significativas em todo o planejamento, no atendimento e acolhimento de docentes, discentes e, no caso das bibliotecas, dos possíveis usuários em potencial. Antes, o atendimento atendia públicos específicos consoante o local ou nível de ensino e eram denominadas como bibliotecas escolares ou universitárias. Agora, abrangem um público variado, desde estudantes do ensino médio até os cursos de graduação, conforme Almeida e Nunes (2018).

As novas necessidades de atendimento, organização e gestão, decorrentes do novo formato institucional, também exigem outra nomenclatura. Os estudos sobre os princípios da biblioteconomia e da Ciência da Informação proporcionam uma

compreensão classificatória, sejam elas institucionais ou não, com base nas funções que desempenham e nos serviços que oferecem à comunidade.

5.1 O COLÉGIO PEDRO II.

Apesar da Independência proclamada em 1822, o Brasil economicamente tinha uma estrutura frágil e permaneceu como um sistema de regime latifundiário, de monocultura regional e escravista com o poder público entregue à burguesia nacional, enquanto os laços econômicos haviam sido rompidos com Portugal.

Embora tenha sido instaurada a Assembleia Constituinte em 1823, ainda não havia recursos para custear serviços básicos como saúde, ensino público ou verbas para financiar projetos capazes de identificar, por meio de dados oficiais, as reais condições do país e as propostas das políticas públicas.

Insatisfeito com a limitação do controle político sobre o Brasil independente em 1824, D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte e outorgou uma nova Carta Magna. Nesta, há uma previsão sobre a instrução primária gratuita e que escolas deveriam ser criadas em todas as vilas populosas e cidades.

A despeito dos esforços, o acesso à escolarização era difícil ou inexistente, tanto por falta de escolas quanto de professores.

A descrição sobre analfabetismo no Império é:

Nos últimos vinte anos do Império o analfabetismo teve um acréscimo percentual de 0,7% para uma população que dobrou no Rio de Janeiro e teve um aumento próximo de 50% em cidades como Salvador e Recife. Isso denota muito pouco ou nenhum investimento em educação (Paula; Nogueira, 2017).

Em decorrência de ideias iluministas e liberais em voga, as inspirações para organização de uma instituição de ensino de qualidade apoiaram-se nas praticadas nos países da Europa Central. O processo de construção de um novo país e consolidação do Estado ocorreu num contexto em que a instrução, na visão de mundo dos grupos hegemônicos, entusiasmados pela ideologia europeia, prevaleceu.

Quanto aos governantes, o empenho para construção dos anseios da nova identidade nacional, buscando consolidar os ideais da monarquia, primando pela educação e pela cultura, era devido ao idealismo europeu:

Durante o Império, desde o início da tarefa de construção do Estado, o discurso de legitimação da Monarquia levou intelectuais e estadistas a formularem um projeto político civilizatório da Nação, comprometido com o perfil identitário branco europeu e cristão idealizado para os trópicos. A ausência do sentimento de pertencimento nacional exigiu do poder oficial um

esforço maior voltado para a tarefa de consolidação do Estado e construção da nação brasileira pela via da educação e cultura (Andrade, 2007, p. 219).

E nesse cenário nasce o Colégio Pedro II.

A proposta existente era o Seminário de São Joaquim, fundado em 1739 por frei Antônio de Guadalupe como uma instituição onde fosse suficiente para atender meninos pobres e desguarnecidos de apoio social. Porém, a sugestão do colégio Pedro II era ofertar um tipo de formação que deixava totalmente fora, qualquer tipo de trabalho manual a nobreza⁵, conforme Martins (2002).

O Ministro interino da Justiça e do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, é considerado na historiografia pela mudança do antigo Seminário de São Joaquim em "colégio de instrução secundária", dedicado, segundo suas próprias palavras, "à mais perfeita educação da mocidade" (VASCONCELOS, 1999, p. 246).

Desde sua idealização⁶ o reconhecimento do Colégio Pedro II é de uma instituição profundamente nova⁷, com um projeto educacional que difere significativamente da instituição que o precedeu, como falam Mendonça (2013) e Penna (2008). Criado em 1837, principalmente para atender às classes sociais abastadas, deixava mais evidente a grande disparidade socioeconômica entre os alunos, inaugurando um ensino secundário de referência no Brasil.

De acordo com Doria (1937, p. 42), o modelo de ensino buscou inspiração nos colégios da Holanda, Prússia e França e outros países da Europa, respeitados por serem os mais importantes e qualificados como exemplares. A reputação como uma instituição de ensino de altíssima qualidade auxiliou na formação de profissionais qualificados e bem-preparados para o mercado de trabalho, reconhecidos por sua excelência e competência.

Como prioridade primava por um tipo de ensino com base na formação clássico-humanística, de acordo com Hilsdorf (2006, p. 178), onde as línguas gregas modernas,

⁵ Considerando à fundação do Colégio Pedro II, é fundamental observar a narrativa predominante na historiografia, sugerindo uma continuidade entre o Seminário e o Colégio, perpetuando a versão oficial estabelecida na legislação pertinente.

⁶ A atribuição de idealização do CPII é reforçada também por Andrade (2007, p.219) e Vasconcelos (1839, p.358)

⁷ O Decreto-Lei de 2 de dezembro de 1837, que converte "o Seminário de S. Joaquim em *collegio de instrução* secundaria com a denominação de Collegio de Pedro II". No artigo 11 possibilitava a admissão de até vinte e nove alunos gratuitos (sendo 11 internos e 18 externos).

latina e outros idiomas, bem como os saberes ensinados nas escolas modernas, eram parte do currículo.

Por decisões políticas, o Decreto-Lei n.º 245, em 28 de fevereiro de 1967, alterou o tipo de entidade do Colégio Pedro II para autarquia federal⁸, sendo um ente autônomo, sob supervisão do governo federal, com administração própria. Como autarquia, poderia administrar e tomar decisões, promover políticas dentro de sua própria estrutura, administrando seus próprios recursos (Santos; Gracioso; Amaral, 2018, p. 84).

Em 2012, o Colégio Pedro II foi equiparado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, como está no parágrafo único do Art. 4º-A e do Art. 13-A da Lei 12.677, seguindo a mesma “cadeia de equivalência” da esfera federal dos textos legais de outros Institutos Federais, com nova perspectiva para a sua atuação educacional.

A reformulação ampliou a missão e os objetivos do Colégio, confirmando a relação entre a educação profissional em desenvolvimento regional e nacional, ajustando a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador do país, mediante parcerias com os setores produtivos e projetos de pesquisa e extensão que devem priorizar as demandas educativas e sociais do país.

Outro efeito da reformulação, para todos os IFs, são as alterações em todos os órgãos integrantes da Rede, que deverão acompanhar a nova missão e os objetivos propostos nos novos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). Sendo necessárias mudanças legislativas significativas, em todo o planejamento, no atendimento e acolhida do docente, discente e comunidade acadêmica em geral.

Essas mudanças afetaram diretamente a biblioteca, pois considerando que é um organismo vivo, conforme colocado por Ranganathan (2009), parte integrante do serviço público de ensino ao qual pertencem, mediante o novo formato institucional estabelecido.

Tanto a Lei 11.892/2008, quanto a 12.677/ 2012, impôs mudanças em sua singularidade e peculiaridade como espaço de promoção da leitura e conhecimento,

⁸ Antes do Decreto-Lei n.º 245 de 1967, que transformou o Colégio Pedro II em uma autarquia federal, houve a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Esta lei estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional e influenciou a organização e os objetivos do Colégio Pedro II, conforme mencionado no Decreto-Lei n.º 245

ampliando seu desempenho no desenvolvimento da competência literária dos estudantes e na formação de cidadãos críticos e reflexivos.

Apesar disso a:

[...] Lei nº 12.244/10 defini como biblioteca escolar as bibliotecas de todas as instituições de ensino públicas e privadas, o que leva à prerrogativa inicial de classificar as bibliotecas dos IFs como bibliotecas escolares (Santos; Gracioso, 2018, p. 3890 *apud* Cruz; Gracioso; Amaral, 2017).

É um organismo dentro de outro maior, sendo coerente entender o que o organismo maior pensa e espera do menor, na expectativa de saber os seus limites e atribuições segundo as possibilidades reais por meio de sua documentação institucional.

Cabe, portanto, àqueles que detêm responsabilidades por esse organismo, sejam locais, regionais, nacionais ou institucionais, oferecer apoio, visibilidade e credibilidade através da documentação institucional específica e de outros instrumentos.

No passado, o colégio atuava consoante o modelo de ensino regular, focando na educação básica, sem integrar a formação profissional ao currículo do Ensino Médio. Porém, com a inclusão na Rede Federal, o Colégio passou a implementar o EMI, unindo a educação média à formação técnica, o que representou uma evolução significativa em sua proposta pedagógica.

Essa nova abordagem do CPII não apenas amplia as oportunidades para os alunos, mas também promove uma educação alinhada com as demandas atuais do mercado e da sociedade como um agente de transformação social, capacitando jovens com conhecimentos que os preparam para os desafios do mercado de trabalho contemporâneo.

6 A RELEVÂNCIA DAS BIBLIOTECAS NA EDUCAÇÃO.

Durante a Antiguidade e o período medieval, as bibliotecas não possuíam um caráter público e eram vistas como depósitos de livros, ou locais onde o conhecimento permanecia oculto. Podemos mencionar vários exemplos, sendo a de Nínive, historicamente descrita como um espaço sem saída para o exterior, onde a única porta parecia conduzir ao interior de um convento considerado de difícil acesso para o leitor comum Martins (2002).

Para Santos (2011), esse modelo mudou diante do novo ideal de um espaço público moderno, porém continuou inspirado no mito de Alexandria, refletido pela Revolução Científica e pelo Iluminismo, que defendia um acervo aberto, permitindo que os leitores escolhessem e examinassem os livros nas estantes, independentemente do gênero ou assunto

Com o surgimento das tipografias no século XIV, as informações e consequentemente os locais de guarda começaram a se tornar mais acessíveis ao público. Tanto Martins (2002) quanto Milanesi (2013) destacam que esse processo foi gradual, marcado pela laicização, democratização, especialização e socialização. A mudança definitiva no modelo da Idade Média para o tempo atual ocorreu com a introdução da imprensa na Europa por Gutenberg em 1440.

Gonçalves (2019) observa que a tecnologia da imprensa provocou uma modificação significativa na organização e preservação de documentos, transferindo a tarefa de reprodução de manuscritos de copistas para oficinas especializadas, acelerando assim a democratização da informação.

Além disso, o crescimento da produção científica introduziu novas categorias de materiais bibliográficos, como os periódicos científicos, resenhas e boletins informativos, afetando diretamente a estrutura das bibliotecas e levando a um aumento significativo dos números disponíveis, de acordo com Milanesi (2013, p. 61), essas escolas tornaram-se locais de abrigo para estudantes ao longo do tempo.

No entanto, a história mostra que os espaços informacionais permaneceram, por muito tempo, como privilégio de pessoas pertencentes a elites, detentoras da leitura, em contraste com os analfabetos, que eram marginalizados social e economicamente, como descrito por Mortatti (2018, p. 24) e Melo (2021) o acesso das classes menos favorecidas ampliou-se mais significativamente após a explosão tecnológica e comercial, impulsionada por demandas do capital. Para Gama (2021), o

crescimento da industrialização exigiu novas diretrizes para a instrução técnico-industrial, resultando na criação de autarquias e escolas.

Assim, tornou-se necessário a construção de estruturas que apoiassem o ensino e a disseminação do conhecimento. Nesse contexto, a união entre escola e conhecimento é formando um processo de convivência mútua que beneficia os participantes de ambos, independentemente da esfera em que atuam.

6.1 RELEVÂNCIA NO BRASIL

A chegada da corte portuguesa ao Brasil, em 1808, trouxe consigo o acervo da Coroa Portuguesa. Em 1810, o Decreto de 29 de outubro instituiu a abertura da Real Biblioteca, porém esse acesso era restrito apenas a indivíduos considerados estudiosos, os quais precisavam, por outro lado, obter autorização régia para usufruir desse privilégio. Após a Proclamação da Independência, a Real Biblioteca foi rebatizada como Biblioteca Imperial e Pública, recebendo finalmente a denominação de Biblioteca Nacional em 1876, título que mantém até os dias atuais.

Com a transformação houve um aumento significativo de acervo, que passou a incluir obras de diversos gêneros e áreas do conhecimento, refletindo a diversidade cultural e intelectual do Brasil. A Biblioteca Nacional (BN) se tornou um importante centro de preservação da memória nacional, reunindo documentos, livros e periódicos que narram a história do país. Segundo Portella (2010) e Silva (2010), a BN até a presente data é uma marca à formação da identidade cultural brasileira, servindo como um espaço de pesquisa e consulta para intelectuais, estudantes e o público.

Durante o século XIX, as bibliotecas públicas começaram a se espalhar pelo Brasil, impulsionadas por iniciativas de figuras como o escritor e político José de Alencar, que defendia a importância da leitura para a formação de uma sociedade mais culta e crítica. A criação de bibliotecas municipais e escolares foi incentivada, embora muitas delas enfrentam desafios relacionados à falta de recursos e à escassez de profissionais qualificados Milanesi (2013).

No século XX, as bibliotecas brasileiras passaram por um processo de modernização, especialmente após a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas em 1955, que visava integrar e fortalecer as bibliotecas em todo o país. Essa iniciativa promoveu o acesso à informação e à cultura, reconhecendo a importância das bibliotecas como espaços de inclusão social e educação (Brasil, 2006).

Todavia, apesar dos avanços, as bibliotecas no Brasil ainda sofrem limitações significativas. Milanesi (2013) destaca haver carência de infraestrutura adequada, acervos desatualizados e profissionais sem capacitação. A realidade é que, embora existam políticas públicas voltadas para a promoção da leitura e do acesso à informação, a implementação efetiva dessas políticas muitas vezes esbarra em questões orçamentárias e na falta de valorização do sentido das bibliotecas na sociedade.

Alguns dos intentos como o Programa Nacional de Biblioteca Escolar (1997); Política Nacional do Livro (2003); o Plano Nacional do Livro e da Leitura (2006); Programa Nacional de Incentivo à Leitura (1992) e a Lei Rouanet (1991) são exemplos de iniciativas destinadas a incentivar a leitura (Rosa, 2006, p. 188–190).

Porém, o foco principal dessas legislações está na distribuição de livros, sem considerar as condições dos ambientes onde esses materiais estariam acessíveis para consulta. Com isso, entendemos que meramente ter leis facilitadoras à distribuição de livros não garante, por si só, que os espaços informativos ofereçam as condições necessárias para uma educação de qualidade.

Uma biblioteca precisa estar organizada e em funcionamento é substancial para sustentar um ensino que atenda a todos com qualidade. Porém, para alcançar esse patamar é essencial haver investimentos em infraestrutura, formação de profissionais e políticas públicas que tenham o devido reconhecimento da sua importância na construção de uma sociedade mais informada e crítica.

A biblioteca escolar precisa ser gerenciada em um quadro de políticas claramente estruturado. Ele deve ser definido em função das políticas existentes ao nível superior e das necessidades da escola. Tal política deve refletir também a filosofia, os objetivos e a realidade da escola. (IFLA — *International Federation of Library Associations and Institutions*, 2005, p. 4).

Soares (2009) argumenta que a leitura é primordial para potencializar a criatividade e fomentar valores positivos, melhorando os relacionamentos interpessoais. São inúmeros os objetivos de uma biblioteca; um deles é oferecer serviços informacionais que atendam às necessidades da comunidade a que se destinam, aprimorando os serviços já existentes, como o atendimento de referência online e o acesso a bases de dados gerais e especializadas, entre outros.

O sistema educacional brasileiro é amplamente reconhecido e apresenta uma trajetória marcada por eventos significativos que moldaram a história da educação no

país, desde o período colonial até o presente, como apresentado por Melo (2012). Esses eventos influenciaram as formações dos cidadãos e os locais onde os acervos educacionais são preservados. Um desses pontos é historicamente conferido no período colonial, da posse de livros ser prioridade baixa, considerado um luxo restrito a um pequeno número de pessoas. El Far (2006).

Os depositários eram formados na maior parte por membros da aristocracia com educação mais aprimorada, estimulando à cultura, o desenvolvimento intelectual, devido ao seu envolvimento em comércio ou outras profissões, firmadas em recursos que garantem sua permanência em condição elevada, validando a política de exclusão social.

O modelo da era passada ainda não apresentava o formato que conhecemos atualmente, onde os acervos são desenvolvidos com base nas necessidades dos usuários. Em vez disso, existia a aspiração de atender apenas às necessidades profissionais de seus proprietários ou financiadores, para satisfazer a curiosidade e o desejo de conhecer as novidades provenientes da Europa e de outras regiões com conhecimento mais avançado.

Para o incentivo da cultura foram organizadas rodas de leitura oral e pública, em sociedades literárias, salas de aula e igrejas, sendo a oralidade como um importante facilitador para debates e confrontos políticos, especialmente dada a alta taxa de analfabetismo da época.

7 BIBLIOTECAS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA.

Bibliotecas e formação acadêmica são fundamentais, servindo como centros de recursos e apoio ao aprendizado. Elas não apenas oferecem acesso a uma vasta coleção de materiais informativos, mas também promovem habilidades relevantes para a pesquisa e o pensamento crítico. O reconhecimento desse organismo na educação superior é amplamente reconhecido e destacado por diversos autores.

Como já explícito anteriormente o compromisso entre a instituição escola e o organismo bibliotecas, com a educação, é insubstituível na formação acadêmica; para a Associação Brasileira de Bibliotecas (ABBD, 2015), é medular ao acesso à informação, e responsáveis por colaborar com recursos viáveis às necessidades de pesquisa dos alunos e professores, incluindo livros, periódicos, bases de dados e outros materiais digitais.

Esse acesso é um patamar para a formação de uma base sólida de conhecimento, permitindo que os estudantes desenvolvam suas habilidades de pesquisa e aprofundem sua compreensão sobre os temas abordados em seus cursos. Além disso, as bibliotecas oferecem um ambiente propício para o estudo e solidariedade consoante a pesquisa.

Mesquita; Pozzebon; Petrini (2020) e Rosa (2024), consideram os espaços que incentivam a interação entre estudantes, promotores de troca de ideias e construção coletiva do conhecimento nas áreas de estudo em grupo e salas de leitura, configurando um ambiente acadêmico mais dinâmico, onde os alunos podem se apoiar mutuamente em suas jornadas de aprendizado.

Outro aspecto importante é o sentido das bibliotecas na promoção da literacia informacional. Literacia informacional refere-se à capacidade de identificar, localizar, avaliar e utilizar informações de maneira eficaz. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2013), cabe a elas a responsabilidade de ensinar essas habilidades aos usuários, preparando-os para navegar em um universo cada vez mais saturado de informações.

Programas de capacitação e workshops podem fazer parte do cotidiano das bibliotecas, para equipar os alunos com as ferramentas necessárias, facilitando a formação de pesquisadores independentes e críticos; nas pesquisas de Gisi (2006), muitos estudantes entram na educação superior sem as habilidades necessárias para realizar pesquisas eficazes, tornando a intervenção das bibliotecas ainda mais necessária.

Outro dos inúmeros papéis que desempenham é o apoio na preservação do conhecimento e da cultura. Elas atuam como guardiãs da memória acadêmica, preservando documentos, teses e dissertações essenciais para a continuidade da pesquisa e do desenvolvimento do conhecimento em diversas áreas.

Ressalta-se que, apesar dos avanços tecnológicos e da crescente digitalização de informações, as bibliotecas físicas continuam a ser relevantes na formação acadêmica. Há entendimento que a digitalização de documentos é uma combinação de recursos físicos e digitais, aliada ao suporte de profissionais qualificados, garantindo que as bibliotecas permaneçam como pilares do aprendizado e da pesquisa no ensino superior; infelizmente demandam custos nem sempre disponíveis.

Consoante as bibliotecas, a IFLA (*International Federation of Library Associations and Institutions*, 2016) dispõe como órgãos responsáveis por garantir que todos os usuários tenham acesso equitativo a informações relevantes e atualizadas. Isso é especialmente importante em um tempo em que a informação é abundante, mas nem sempre confiável. Essa diversidade de recursos permite que os alunos explorem diferentes perspectivas e aprofundem seu conhecimento nas diversas áreas de estudo.

Outro aspecto importante é o ambiente colaborativo que proporcionam. Quando modernas, são projetadas para serem espaços de aprendizado ativo, onde os alunos podem se reunir para estudar, discutir e colaborar em projetos. Os estudos de Beagle (2010) destacam que a interação social e a colaboração entre pares são componentes essenciais do aprendizado, e as bibliotecas oferecem um espaço físico que facilita essa interação.

Também desempenham uma ação decisiva na preservação do conhecimento acadêmico. São responsáveis pela coleta, organização e preservação de teses, dissertações e outros documentos acadêmicos fundamentais para a continuidade da pesquisa em diversas áreas.

Segundo Lima (2012), a preservação do acervo bibliográfico é vital para garantir que futuras gerações tenham acesso a informações históricas e acadêmicas que moldaram o conhecimento contemporâneo. Além disso, as bibliotecas estão cada vez mais investindo em iniciativas de digitalização, permitindo que materiais raros e valiosos sejam acessíveis a um público mais amplo.

7.1 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Todavia, no universo diversos de bibliotecas há uma nova categoria com identidade organizacional mediante construção identitária desde 2008, de acordo com Brandão; Freire e Perucchi (2023).

Enquanto as bibliotecas universitárias se concentram em apoiar a pesquisa acadêmica e a formação de profissionais de nível superior, as bibliotecas dos Institutos Federais (IFs) desempenham responsabilidades importantes na formação acadêmica, porém com diferenças significativas em suas funções, estruturas e públicos-alvo, abrangência, nomenclatura e atuação dos bibliotecários.

As bibliotecas dos IFs têm um agir predominante a formação técnica e inclusão social. Todavia, ambas são essenciais para a formação acadêmica, e suprem necessidades e contextos diferentes, refletindo as características também como centros de aprendizado para a comunidade em geral.

Nos Institutos Federais geralmente não há bibliotecas específicas para o ensino básico, ensino fundamental, ensino médio, regular, noturno e integrado, e outra para ensino superior e pós-graduação. Entretanto, devido à singularidade do CPII as bibliotecas dos *campi* ligados a EPT podem atender no mesmo ambiente vários segmentos escolares, pertinentes aos docentes, os técnicos administrativos e a comunidade externa, em consonância com a missão como descreve Santos; Amaral e Gracioso (2018, p. 37).

Para Vergueiro (1989) a biblioteca universitária, deve prover a infraestrutura bibliográfica, documental e informacional para apoiar as atividades da universidade e ainda, centrando seus objetivos nas necessidades informacionais do indivíduo, membro da comunidade universitária. Dessa função derivam outras funções agrupadas de várias maneiras, como documentação e instrução.

Como exposto, a biblioteca universitária, parte integrante da instituição, não é uma organização independente; seu propósito está intrinsecamente ligado a quem a criou. Do escopo das organizações decorre seus objetivos, que constituem a fonte de legitimidade que justificam suas atividades.

Compete lhes analisar, discutir, compartilhar e transmitir informações, as universidades desempenhando a ação de capacitar indivíduos para ocupar cargos profissionais e obter vantagens de carreira. Por outro lado, tais competências a tornam responsável por fornecer infraestrutura bibliográfica, documental e informacional para apoiar as atividades acadêmicas e atender às necessidades de informação de cada membro da comunidade. O quadro 1, a seguir, demonstra as diferenças:

Quadro 1: diferenças entre tipos de bibliotecas

CARACTERÍSTICA	UNIVERSITÁRIAS	INSTITUTOS FEDERAIS
Público-Alvo	Principalmente estudantes, professores e pesquisadores do ensino superior.	Recebem no mesmo ambiente, alunos de cursos técnicos, ensino médio,

		graduação, pós-graduação e a comunidade externa.
Abrangência	Concentram-se em áreas específicas de conhecimento, conforme a universidade em que estão inseridas, como letras, história, medicina	Abrangem múltiplas áreas, incluindo formação técnica e científica.
Nomenclatura	Utilizam termos como “biblioteca universitária” ou “unidade de informação”.	Ainda não há consenso sobre a classificação específica dessas bibliotecas, e qual nomenclatura melhor atenderia
Atuação dos Bibliotecários	O principal foco está no processamento técnico e circulação do acervo.	Expandem para projetos de formação, incentivo à leitura e preservação da memória institucional.
Recursos e Acervos	Os acervos são mais amplos e diversificados, incluindo livros acadêmicos, periódicos científicos, bases de dados eletrônicas e recursos digitais. Frequentemente possuem coleções especializadas às necessidades de pesquisa de áreas específicas do conhecimento.	Acervo pode ser mais voltado para a formação técnica e profissional, embora também ofereçam livros e materiais de pesquisa; Isso inclui manuais, guias práticos e materiais de áreas específicas, como tecnologia, política, saúde e educação.
Serviços e Atividades	Oferecem uma variedade de serviços, como orientação em pesquisa acadêmica, apoio à escrita científica, acesso a recursos digitais e serviços de referência, palestras e workshops, que incentivam a pesquisa e a troca de conhecimento.	Focam em serviços que apoiam a formação técnica e profissional, como oficinas de habilidades práticas, orientação para estágios e programas de capacitação.

		Podem promover atividades que incentivem a inclusão social e a cidadania, alinhadas aos objetivos dos Institutos Federais.
Integração com a Comunidade	O desempenho tende a ser restrito à comunidade acadêmica, embora algumas possam abrir suas portas para o público em eventos específicos. A ênfase em geral está na pesquisa e na produção acadêmica.	A abordagem é mais comunitária, promovendo a inclusão e o acesso à informação para a população local. Podem oferecer programas de extensão e atividades que envolvem a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região.
Objetivos e Missão	Seu principal objetivo é apoiar a pesquisa e a educação superior, contribuindo para a formação de profissionais altamente qualificados e pesquisadores.	Buscam promover a formação técnica e profissional, preparando os alunos para o mercado de trabalho e contribuindo para o desenvolvimento regional.

Fonte: o autor da pesquisa (2024).

Podemos afirmar, analisando o quadro, que enquanto as bibliotecas universitárias são em sua maioria especializadas para um público acadêmico específico, as bibliotecas dos IFs têm uma abordagem mais ampla, englobando educação profissional e científica e tipo de ensino diferenciado, com destaque quanto à pertinência no incremento de soluções tecnológicas, pesquisas aplicadas e as ações de extensão junto ao grupo, buscando avanço econômico e social local e regional.

Apesar das várias diferenças, Santos, Gracioso e Amaral (2018) trazem estudos informando que ainda são incipientes a quantidade de produção literária científica abrangentes às bibliotecas dos IFs. Os resultados investigados sob as mais diversas óticas não são conclusivos, com parâmetros que possam promover ajustes dos produtos e serviços ofertados, das peculiaridades e singularidades existentes, uma vez que os IFs foram criados recentemente. A falta de uma terminologia específica é também um grande entrave na busca e recuperação da literatura relacionada a elas.

Portanto, subentende-se que as bibliotecas dos Institutos Federais não podem ser igualadas às bibliotecas universitárias, por estarem em fase de organização e consolidação dentro desse novo modelo institucional, sendo necessárias, novas reflexões e aprendizados, que preencham as lacunas carentes de entendimento para os bibliotecários enquanto gestores dessas unidades.

7.2 AS BIBLIOTECAS DO COLÉGIO PEDRO II

Historicamente, as bibliotecas estão engendradas pelo saber e pelo poder. De acordo com Honorato e Nery (2017, p. 178) e Vergueiro (1989) esse conjunto de saberes identifica o discurso:

[...] da política de instrução pública, saberes característicos da cultura pedagógica. Indica relações entre as prescrições legais e o vivido no cotidiano escolar, bem como apresenta a configuração de uma rede de agentes envolvidos em seu processo histórico.

Não foi diferente com a biblioteca do Imperial Pedro II. Santos (2011) descreve que o CP II foi instituído para ser um colégio modelo para as demais províncias, primando por estatutos organizacionais e programas de ensino de tradição clássica e humanística, buscando atender à elite nacional da época.

Afirmando a criação de instituição padrão sob forte influências de países europeus, tendo como princípio norteador a universalização do Iluminismo e do progresso nacional, foi necessário que a nova instituição de ensino tivesse uma biblioteca constituída para auxiliar o corpo docente e garantir a formação intelectual e o exemplar desempenho escolar dos discentes.

Assim, nasce a primeira Biblioteca do Colégio de Pedro II, com acervos e estrutura objetivando atender às disciplinas que compunham os programas de ensino do Colégio na época. Inicialmente recebeu o nome de Biblioteca do Imperial Colégio

de Pedro II, e é atualmente chamada de Biblioteca Histórica, referida desde a fundação da Instituição, guardiã de vários documentos relacionados à memória do CP II.

A primeira menção da biblioteca em documentos institucionais consta no primeiro Regulamento do Colégio Pedro II, no Capítulo XXIV, artigo n.146, assinado pelo ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos. Aborda a Biblioteca dispendo sobre os Estatutos, as diretrizes iniciais das atividades administrativas, decisões sobre a estrutura, finalidade e o funcionamento da Bibliotheca (sic) e das Collecções Scientificas (sic):

Art.146 – Haverá no Collegio uma biblioteca composta de livros escolhidos pelo Reitor, com aprovação do Ministro do Império.

Art. 147 – O catálogo da Bibliotheca será feito em duplicata, ficando um dos exemplares em mão do Reitor para ser anualmente verificado pelo Vice-Reitor; e o outro será entregue ao Ministro do Império.

Art. 148 - Um empregado debaixo da direção imediata do Vice-Reitor será incumbido pelo Reitor do cuidado da Bibliotheca.

Art. 149 – Os livros da Bibliotheca poderão ser emprestados aos empregados, debaixo de sua responsabilidade; e aos alunos por licença escrita do Vice-Reitor.

Art. 150 – Nenhum livro poderá ser emprestado por mais de oito dias, a não ser renovado o pedido: quem tomar emprestado um volume, fica responsável pela obra inteira.

[...]

Art. 152 – Do serviço destes Gabinetes poderá ser encarregado o mesmo Bibliotecário, ou outra qualquer pessoa.

Art. 153 - Tanto o Guarda dos Gabinetes, como o Bibliotecário estarão sempre debaixo das ordens do Vice-Reitor.

Art. 154 – O Ministro do Império organizará sobre informação do Reitor, a pedido dos professores, a lista dos objetos, que convier completar, adquirir, consertar ou substituir (Brasil, 1838, p. 83-84).

Nesse primeiro regulamento do Colégio datado de 1838, há menção da criação da biblioteca, enfatizando tópicos básicos para sua existência, porém apresenta lacunas consideráveis onde o distanciamento das classes menos favorecidas é fortemente marcado, pois apesar do CP II ter como alvo os filhos das classes mais abastadas o colégio também abrigava alunos menos desfavorecidos economicamente conforme Dória (1997, p. 35).

Continuando ainda de acordo com Dória (1997), na época da abertura do Colégio, ainda Externato, a biblioteca “como as demais dependências do edifício, ressentia-se da insuficiência do prédio, estando longe de apresentar requisitos necessários ao cabal preenchimento de sua natureza e de seus fins”. O acesso a esse vasto campo destinava-se a um público específico, ou seja, professores e alunos, como um espaço sagrado do conhecimento erudito.

Os primeiros itens do acervo foram formados por compras conforme consta em Relatório, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na 3ª Sessão da 9ª Legislatura, pelo Ministro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, publicado em 1855, “à biblioteca do colégio foi no referido ano aumentada com diversos livros que mandei vir de Portugal reclamados pelo Reitor, além de outros que se compraram para esta Corte” (Brasil, 1855, p. 74), e por doações do próprio Imperador e outros simpatizantes da causa.

Em 1952, foram criadas a Seção Norte (atualmente Unidade Escolar Engenho Novo) e a Seção Sul (hoje Unidade Escolar Humaitá). Mais adiante, em 1957, foi inaugurada a Unidade Escolar Tijuca. Em 1967, o CPIL se transformou em uma Autarquia Federal pelo decreto-lei n. 245 de 28 de fevereiro de 1967. Entre os anos de 1984 e 1987 foram criadas as Unidades Escolares destinadas ao ensino pedagógico às crianças do primeiro segmento do ensino fundamental (Colégio Pedro II, 2007a).

7.3 ATRIBUIÇÃO DA BIBLIOTECA NA REDE SIBI/CPIL.

A missão do SIBI/CPIL, descrita em sua portaria, como órgão promotor do desenvolvimento das bibliotecas do Colégio Pedro II, é⁹:

priorizar o estabelecimento de políticas de informação e de memória, bem como padrões técnicos de modo a colaborar com as ações administrativas e pedagógicas da instituição, visando à formação de indivíduos capazes de atuar no meio social. (...)

Tem como proposta contribuir para a promoção de uma educação pública de qualidade formadora de uma comunidade atuante, inclusiva e democrática e o fortalecimento do Sistema de Bibliotecas do Colégio Pedro II, para ser referência em gestão integrada de bibliotecas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), da mesma forma como o CPIL é considerado referência no Brasil, no escopo do ensino secundário.

O SIBI/CPIL, como órgão promotor, é estruturado na Central de Bibliotecas, responsável pela gestão. Cabe a Central, como instância máxima do Sistema, as atribuições de normatizar ações técnicas, administrativas e pedagógicas; para plena atuação é composta pela Coordenação e pela Assessoria Técnica, dos Grupos de

⁹ Documentos relativos ao SIBI ainda estão em discussão.

Trabalho e Comissões, como órgãos consultivos e deliberativos, no que concerne às suas especificidades.

Tais competências estão estabelecidas segundo o Art. 6º da Portaria n.º 1.201, do SIBI/CP II, em que respeita as especificidades de cada um de seus componentes:

- I – Promover a gestão integrada das bibliotecas;
- II – Interagir com as unidades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e administração, no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades que necessitem de sua contribuição;
- III – Contribuir para o processo de construção do saber, oferecendo a todos, os meios para o desenvolvimento de habilidades e ideias;
- IV – Atuar nos processos de disseminação da informação, de modo a garantir a maximização no uso dos recursos informacionais existentes;
- V – Oportunizar o compartilhamento de serviços e produtos necessários aos programas de ensino em todos os níveis, pesquisa, extensão, cultura e administração dos *Campi* que integram o Colégio Pedro II;
- VI – Disponibilizar o acervo das bibliotecas que compõem o Sistema, para toda a comunidade escolar do Colégio Pedro II, conforme os critérios estabelecidos na política de circulação do acervo de cada biblioteca;
- VII – Disponibilizar aos seus usuários serviços bibliográficos e informacionais, nacionais e/ou internacionais;
- VIII – Definir políticas de formação, atualização, e manutenção de acervo e equipamentos;
- IX – Propor projetos de interesse a serem desenvolvidos pelas bibliotecas;
- X – Racionalizar o uso dos recursos orçamentários;
- XI – Promover encontros periódicos com servidores para rever procedimentos técnicos a fim de atualizá-los, tendo como objetivo otimizar a rotina das bibliotecas.

As ações SIBI/CP II sujeitam-se plenamente a Lei n.º 12.244, de 24 de maio de 2010, a Resolução CBF n.º 220/2020, de 13 de maio de 2020, o Manifesto e Diretrizes da IFLA/UNESCO da Biblioteca Escolar, bem como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), e o Regimento Geral apoiando ao processo de aprendizagem, com suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, oferecendo produtos e serviços informacionais a toda comunidade escolar e acadêmica do Colégio Pedro II.

Como nossos objetivos de pesquisa estão alinhadas em investigar informações documentais emitidos pelo CP II, segundo o conhecimento e essência das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica relativos às bibliotecas, escolhemos nos deter somente nos parágrafos documentais e legislativos, que tratam da biblioteca Professora Silvia Becher.

Sua prioridade é o atendimento à graduação, a do ensino médio integrado, cujos componentes curriculares são os mesmos do Ensino Médio Regular, acrescidos

das devidas disciplinas técnicas específicas do itinerário formativo específico do curso de educação profissional de nível médio.

Sendo assim, a biblioteca universitária Professora Silvia Becher, vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC), ligada a PROEN, foi criada em 2012, para colaborar com os programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, abrangendo o mestrado ProFEPT.

Busca atender às necessidades informacionais dos usuários conforme as matrizes curriculares dos cursos ofertados e prestar suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, por meio dos produtos e serviços informacionais à toda comunidade acadêmica e escolar do Colégio Pedro II.

O principal público-alvo são os professores e alunos dos programas de Pós-Graduação, assim como dos diversos segmentos de ensino, pesquisadores, extensionistas, servidores técnicos-administrativos da comunidade acadêmica em geral. Além do acervo destinado ao público acadêmico, no espaço acadêmico é possível a apresentação de eventos culturais abertos à toda comunidade.

Quanto ao suporte referente às atividades da comunidade acadêmica, a equipe da Biblioteca oferece uma variedade de serviços e produtos informacionais.

De todo sistema SIBI/CP II é a biblioteca de Pós-graduação Silvia Becker, é a única biblioteca do Colégio Pedro II, que passa por avaliação do Ministério da Educação (MEC), e está mencionada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do período 2019–2023, assim como no Plano Estratégico Institucional, 2019 – 2023 (p. 56).

Encontramos no CP II educação ao nível superior. Portanto, os instrumentos e normativas direcionados à composição das universidades e seus cursos também lhes são cabíveis. Nesse cenário, subentende-se que as bibliotecas dos Institutos Federais serão estruturadas e analisadas com base no SINAES e nos aparelhos de avaliação e reconhecimento de cursos do INEP/MEC, ou seja, com vistas aos cursos superiores prioritariamente.

Abaixo, no quadro 2, descrevemos a distinção dos tipos de ensino e atendimento:

Quadro 2: tipos de ensino e atendimento

TIPO DE ENSINO	DESCRIÇÃO
----------------	-----------

Ensino Médio Regular, Ensino Médio Integrado / PROEJA.	Localizadas nos <i>campi</i> II e III, têm por público-alvo os membros da comunidade escolar. Possuem acervo diversificado e compatível ao público que atende e suas necessidades informacionais. Tem por objetivo estimular a leitura e colaborar na pesquisa escolar, fomentando o conhecimento nos aspectos sociais e culturais. Nesse contexto, contribuem enquanto mediadoras do conhecimento, na formação de indivíduos críticos e pensantes.
Cursos Técnicos.	As bibliotecas dos cursos técnicos desenvolvem seus acervos, serviços e produtos voltados aos alunos que já concluíram o ensino médio e desejam obter uma formação técnica. Geralmente as unidades desse público-alvo também respondem pelos alunos do ensino fundamental e/ou ensino médio regular.
Graduação	Os alunos dos cursos de graduação são atendidos pela biblioteca do campus Realengo II.
Pós-Graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i> .	Objetiva promover o acesso e incentivar o uso e a geração de informação, contribuindo para a qualidade do ensino, pesquisa e extensão na área de Educação. Atualmente, atende aos alunos dos cursos de Pós-Graduação e aos servidores docentes e técnico-administrativos do CP II.

Fonte: o autor da pesquisa (2024).

8 O EFEITO E CONTEXTO DA LEI APLICADA AO COLÉGIO PEDRO II

A Lei n.º 12.677, sancionada em 25 de junho de 2012, representa um marco significativo na educação brasileira, especialmente no que diz respeito à criação e à disposição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

Essa legislação não apenas consolidou a rede de IFs, mas também teve um impacto direto na formação de entidades educacionais como o Colégio Pedro II, que, embora já existisse antes da lei, passou a se beneficiar das diretrizes e objetivos estabelecidos por ela.

Criada com o intuito de promover a educação profissional e tecnológica no Brasil, estabelecendo diretrizes para a criação e funcionamento dos Institutos Federais, a legislação enfatiza a formação integral do estudante, que deve incluir não apenas a formação técnica, mas também uma:

[...] formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana, é um dos objetivos basilares dos Institutos Federais. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível (Pacheco, 2020, p. 6).

Essa abordagem é requerida para a construção de uma educação que atenda às demandas do mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, promova o desenvolvimento social e cultural dos alunos.

Nesse contexto, o Colégio Pedro II, uma das corporações de ensino mais tradicionais do Brasil, ao longo de sua história, passou por diversas transformações e especificamente, com a promulgação da Lei 12.677/2012.

O CP II teve a oportunidade de se alinhar às novas diretrizes educacionais propostas pelos IFs, ampliando sua atuação e fortalecendo sua identidade como uma instituição que não apenas oferece educação básica, mas também se compromete com a formação técnica e profissional.

A Lei possibilitou que o Colégio Pedro II integrasse suas práticas pedagógicas com as diretrizes dos Institutos Federais, promovendo uma educação que valoriza a interdisciplinaridade e a contextualização do conhecimento. Segundo Brandão; Freire e Perucchi (2021), a construção identitária das bibliotecas dos Institutos Federais, incluindo o Colégio Pedro II, reflete a busca por diálogos com as necessidades da

sociedade contemporânea, promovendo a inclusão e a democratização do acesso ao conhecimento.

Outro impacto da Lei 12.677/2012, no CPII, foram as inovações curriculares e pedagógicas. A instituição passou a oferecer cursos técnicos integrados ao ensino médio, permitindo que os alunos adquiram competências e habilidades que os preparam para o mercado de trabalho. Foi urgente a integração por proporcionar aos estudantes uma formação mais completa, que vai além do conteúdo acadêmico tradicional.

Além disso, a Lei incentivou a criação de programas de extensão e pesquisa, ampliando oportunidades de aprendizado e desenvolvimento para os alunos. O Colégio Pedro II, ao adotar essas práticas, fortaleceu sua missão de formar cidadãos críticos e atuantes, alinhando-se aos objetivos da educação profissional e tecnológica propostos pela legislação.

A autonomia para criar sua documentação orgânica é em acordo com o artigo 1º, parágrafo único, p. 1, da Lei 11.892, “As instituições mencionadas nos incisos I, II, III e V do caput possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”.

O Art. 5º do decreto-lei n.º 200/1967, define autarquia como:

Art. 5º Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios para executar atividades típicas de Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada (Brasil, 1967, p. 1).

A análise da natureza jurídica autárquica do Colégio Pedro II revela aspectos fundamentais sobre sua estrutura e funcionamento no sistema educacional brasileiro.

A autarquia, como forma de descentralização administrativa, permite que o Colégio opere com certa autonomia, desempenhando funções típicas do Estado, mas com uma gestão distanciada da administração centralizada. Essa característica é essencial para a promoção de uma educação que atenda às demandas locais e regionais, ao mesmo tempo em que se alinha às diretrizes nacionais.

Quanto à natureza jurídica de direito público das autarquias, o Colégio Pedro II, tem implicações em que sua atuação está subordinada a normas e princípios que regem a administração pública. O fato de seu orçamento integrar a Lei Orçamentária Anual (LOA) demonstra a necessidade de transparência e responsabilidade fiscal,

uma vez que os recursos públicos devem ser utilizados de maneira eficiente e conforme a legislação.

O controle exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) é um mecanismo para garantir que as atividades do Colégio sejam realizadas com legalidade, legitimidade e economicidade, como destacado na citação do TCU (2020).

Podemos observar, no contexto do Colégio Pedro II, o controle de desempenho ou finalístico realizado pelo Ministério da Educação (MEC). Primordial é a supervisão para assegurar que a instituição cumpra suas metas educacionais e mantenha a qualidade do ensino oferecido.

O MEC, ao exercer essa função, não apenas monitora o desempenho acadêmico, mas também orienta a implementação de políticas educacionais que visam à melhoria contínua da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Para Meirelles (2013), Moro (2016), Gouveia (2014) e Santos (2015) a autonomia administrativa, conforme delineado por é um conceito central na estrutura organizacional das academias públicas, permitindo que estas exerçam o poder de gerenciar seus próprios serviços e a capacidade de funcionar de forma independente nos limites da legislação vigente.

O benefício da autonomia permite que o Colégio Pedro II tenha um grau de liberdade na administração de suas atividades, essencial para a eficiência e adaptabilidade no cumprimento de suas funções educacionais.

Contudo, para melhor compreensão é importante distinguir o que é autonomia administrativa e soberania; enquanto a soberania é um conceito referido ao poder supremo de um Estado de legislar e governar de forma independente, a autonomia administrativa reside na habilidade de uma entidade pública se auto-organizar e tomar decisões administrativas sem intervenção externa, desde que respeitados os marcos legais estabelecidos. Com isso, contextualizamos a atuação da autarquia em um quadro mais amplo de governança pública.

Sendo assim, as autarquias, como o Colégio Pedro II, não têm a competência para legislar ou criar normas gerais, mas possuem a capacidade de administrar suas operações internas de maneira autônoma. Isso significa que, embora a legislação estabeleça os parâmetros dentro dos quais a autarquia deve operar, ela possui liberdade para organizar suas atividades conforme suas necessidades específicas.

Entre as prerrogativas conferidas a essas entidades destaca-se a capacidade de criar e extinguir cursos, definir suas grades curriculares, e emitir diplomas, ferramentas essenciais para garantir a qualidade da educação e adaptar-se às exigências do mercado de trabalho.

Ao considerar o Pedro II, ressaltamos que a elaboração de sua proposta orçamentária anual não apenas reflete suas metas educacionais, mas também deve integrar as necessidades de cada um de seus *campi*. Essa prática de descentralização orçamentária permite que cada unidade possa planejar e executar suas atividades conforme suas particularidades.

Uma gestão mais eficiente e responsiva às demandas locais é o ganho da autonomia administrativa, associada a uma gestão orçamentária pautada no entendimento das especificidades de cada *campus*, potencializa a capacidade do Colégio em promover uma educação de excelência.

Há ainda, o ambiente favorável para a inovação e a adaptação a novas metodologias de ensino, além de permitir a integração de saberes que dialoguem com as realidades socioeconômicas em que está inserido. Assim, tal configuração administrativa não apenas assegura a viabilidade operacional da instituição, mas também amplia sua responsabilidade como agente transformador na educação pública, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, conscientes de sua importância no cenário social contemporâneo.

Para se apropriar dessa dita autonomia, cada Instituto Federal precisa para sua atuação de um conjunto de documentos legais, constando principalmente do Estatuto, que define as finalidades, características e objetivos da instituição, conforme Heeren e Silva (2019); Brasil (2012).

O Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que apresenta o planejamento da instituição para os períodos estabelecidos, traçando os objetivos, metas e missão e há o Projeto Político Pedagógico Institucional, abordando as políticas de ensino, programas, projetos e rotinas acerca das atividades docentes, discentes e administrativas do Colégio Pedro II.

9 DOCUMENTAÇÃO ORGÂNICA INSTITUCIONAIS NO CP II

De posse do seu direito de autonomia, por meio do conjunto de documentos legais, buscamos nas páginas do Colégio Pedro II e do MEC, competindo à gestão do Instituto Federal CP II, abrangendo diversos instrumentos legais e normativos que orientam a administração e o funcionamento dessa instituição. Nesse contexto, as bibliotecas dos Institutos Federais também se configuram como exemplos únicos de espaços de conhecimento, afirma Santos (2012).

No cumprimento dos objetivos da pesquisa documental no Colégio Pedro II, analisamos como as bibliotecas são abordadas nos documentos que devem regulamentar e orientar sua atuação, verificando se estão em consonância com a Lei 12.677 de 2012, que inclui o Colégio Pedro II na Rede Federal de Educação, Científica Profissional e Tecnológica, equiparando-o à condição de Instituto Federal.

Ao procurar vestígios da presença das bibliotecas nos documentos institucionais dos Institutos Federais do Brasil, visamos destacar o quanto é essencial que esse espaço, como órgão, cumpra seu papel na promoção da Educação Profissional e Tecnológica.

As principais sugestões de citações nos documentos institucionais devem incluir os seguintes tópicos:

- a. **Missão e Visão:** Incluir a biblioteca como um ambiente essencial para o desenvolvimento de competências, habilidades e pesquisas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, refletindo sua importância na formação dos escolares e profissionais qualificados. Importante observar que a missão e visão da biblioteca precisam estar em harmonia com os valores do CP II.
- b. **Objetivos Institucionais:** apresentar metas específicas pertinentes ao fortalecimento e modernização das bibliotecas, para acomodar o acesso a recursos informacionais atualizados, tecnologias educacionais e espaços de estudo colaborativo para os discentes, entre outros.
- c. **Plano de Ação:** As ações estratégicas futuras para o fortalecimento das bibliotecas, como a ampliação do acervo, a implementação de tecnologias inovadoras, a promoção de projetos de leitura e pesquisa e a integração das bibliotecas com os cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, devem estar claras e bem delineadas.

- d. **Políticas de Qualidade:** é importante que haja políticas e diretrizes que garantam a característica dos serviços oferecidos pelas bibliotecas, como, formação de bibliotecários capacitados, a atualização do acervo, eventos e atividades educacionais e a integração das bibliotecas com outros órgãos e setores da instituição, como apoio às práticas pedagógicas e de pesquisa da instituição.

A menção das bibliotecas nos documentos institucionais do Colégio Pedro II explicita como referência o reconhecimento de sua relevância, apoio e parceria do próprio Colégio, à formação dos alunos, tida como admirável na promoção da excelência acadêmica e no desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no país, conferindo uma representatividade significativa no espaço educacional brasileiro.

Por fim, a valorização das bibliotecas nos documentos do Colégio Pedro II não apenas reforça sua importância na instituição, mas também a destaca como agente de mudança no cenário educacional brasileiro.

Ao reconhecer e apoiar suas bibliotecas, o Colégio Pedro II expressa seu compromisso com uma educação de qualidade, que vai além da sala de aula e se estende a todos os aspectos da formação dos alunos, preparando-os para serem cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

9.1 ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO ORGÂNICA

Os documentos institucionais escolhidos para análise da pesquisa foram os seguintes:

- a. Estatuto dos Institutos Federais;
- b. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- c. Regimento Interno do CPII;
- d. Documento de planejamento estratégico;
- e. Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI);
- f. Planos de Ação.

significativamente para alcançar os objetivos de eficiência, eficácia, efetividade e Os autores Maciel e Lima (2016) enfatizam que a biblioteca não é autônoma e a cultura organizacional da instituição onde ela está inserida implica em sua atuação no

contexto escolar, sendo necessário estar visível em documentos institucionais como o Estatuto e o Plano de Desenvolvimento Institucional mostrando a biblioteca com um foco além do espaço físico, do quantitativo dos materiais informacionais e dos serviços prestados.

Nossa análise começa pelo **Estatuto do Instituto Federal do CPII**. É um documento exigido que estabelece as diretrizes e normas para o funcionamento da instituição. Ele define a estrutura organizacional, os objetivos institucionais e as regras administrativas, acadêmicas, patrimoniais e financeiras.

No momento dessa investigação, o Estatuto atual do Colégio, disponível na página oficial do CPII, está com data do ano de 2020, encerrada em 2023, renovado até junho de 2024, e ainda sem atualização que deverá acontecer em dezembro.

Os enfoques principais de importâncias do estatuto devem contemplar a Organização e a estrutura delineando como a instituição é organizada, incluindo a distribuição de responsabilidades e a hierarquia interna; estabelece os direitos e deveres dos membros da instituição, promovendo um ambiente de trabalho justo e equilibrado.

Proporciona segurança jurídica ao definir claramente as normas e procedimentos a serem seguidos, evitando ambiguidades e conflitos, facilitando a transparência e a prestação de contas pontuais, essencial para a credibilidade e a confiança pública na instituição.

Esses aspectos são cruciais para o bom funcionamento e a estabilidade da instituição federal. Dessa forma, quanto ao órgão biblioteca, o encaixe na estrutura administrativa da instituição federal acontece como uma unidade de apoio acadêmico e administrativo, sendo sua função principal ofertar recursos informacionais e serviços de apoio à pesquisa, ensino e extensão.

As funções e responsabilidades do Estatuto Institucional auxiliam na definição das aplicabilidades da biblioteca, prevista em estatuto do órgão, e alguns pontos ajudam a delinear como a biblioteca está inserida no Estatuto. No caso do CPII, está subordinada à Diretoria de Assuntos Estudantis, no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), com recente estrutura organizacional publicada pela Portaria 742/2024–CPII.

Cabe à Pró-Reitoria de Ensino, como órgão executivo, planejar, desenvolver, coordenar, supervisionar, fomentar e acompanhar a execução de atividades das

políticas de Ensino Básico, desenvolvidas nos diversos *campi* do Colégio Pedro II, sempre respeitando as diretrizes educacionais brasileiras, promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão (Colégio Pedro II — PROEN).

Por esses aspectos, não foram encontradas atividades da PROEN originadas à Central de Bibliotecas ou ao SIBI/CP II, relacionados à normatização do trabalho das bibliotecas, capacitação dos servidores que nela atuam, ou estratégia em consonância com a Educação Profissional e Tecnológica no documento.

Observamos que no período de 2012 ao ano de 2022, foram implantadas / inauguradas ou reafirmados alguns *campi*, a saber as unidades de Caxias, Niterói, São Cristóvão III, Realengo e a biblioteca da pós-graduação.

Cabe declarar a ausência de registro formal de ações, instruções ou algum tipo de capacitação pela PROEN às equipes para o processo, incluindo a instalação de sistemas de gerenciamento de bibliotecas e a organização do espaço, programas de extensão de eventos culturais, palestras, exposições e outras atividades que envolvem a comunidade acadêmica e externa.

De acordo com Silva (2020), Oliveira (2019) e Santos (2021) o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento essencial que serve como uma ferramenta estratégica para as Instituições de Ensino Superior (IES), auxiliando no planejamento e desenvolvimento institucional dessas organizações promovendo um ambiente educacional que verdadeiramente valorize a diversidade e o acesso equitativo aos recursos educacionais.

O PDI não só facilita as avaliações pelos órgãos reguladores, mas também funciona como um guia para a melhoria contínua e o acompanhamento da implementação das ações estratégicas definidas pela IES.

Além disso, é um instrumento vital para a gestão pública. Ao incorporar elementos que promovem a qualidade do ensino, a padronização das tarefas administrativas e a gestão financeira eficiente, contribui transparência pública.

A análise do PDI do CP II não evidenciou menções mínimas sobre o organismo biblioteca, havendo ausência de informações que tragam fortalecimento a Rede SIBI/CP II e ofereçam empoderamento institucional, para poder vislumbrar um futuro educacional mais justo e inclusivo.

Da mesma forma que o Estatuto, a biblioteca é apresentada somente como um recurso relevante. O enfoque abordado está em aspectos mais amplos e imediatos, como a infraestrutura básica, sem contemplar elementos essenciais para o desenvolvimento do regime de ensino-aprendizagem omnilateral.

A função do Regimento Interno do CP II é detalhar as normas e procedimentos internos de funcionamento do Instituto Federal. Não faz nenhuma menção a Rede SIBI/CP II, com ausência clara de diretrizes para orientar a estruturação e funcionamento segundo os interesses de uma educação omnilateral.

Cabe ao Documento de Planejamento Estratégico definir a missão, visão, valores, objetivos e metas do Instituto Federal para um período determinado. Há sugestão de aquisição de material bibliográfico que reflitam os interesses informacionais, acadêmicos e científicos da comunidade acadêmica, mas não expõe diretrizes objetivas para orientar a composição e aquisição do acervo ou de qualquer outra necessidade material.

O Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI) estabelece a concepção, os princípios e as diretrizes pedagógicas que norteiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal.

Não há registro ou indicações de táticas a serem aplicadas para a execução ou a intenções de modernização das bibliotecas ou diretrizes para orientar a formação e o funcionamento das bibliotecas estudadas.

O Plano de Ação anual define as ações e projetos a serem desenvolvidos pelo Instituto Federal num determinado ano, com base no PDI, publicado no ano de 2023.

O Estatuto do Instituto Federal visa estabelecer a estrutura organizacional, competências e funcionamento do Instituto Federal. Nesse documento não há menção de orientação relacionada às bibliotecas, pertinente à Rede SIBI/CP II.

Para melhor compreensão foi compilado, conforme quadro 3 abaixo, um apanhado sintetizando os resultados encontrados, em cada documento do CP II, enfatizando informações voltadas em como as bibliotecas são apresentadas:

Quadro 3: documentos institucionais CP II

DOCUMENTO	OBJETIVO	INFORMAÇÃO ENCONTRADA
Estatuto do Instituto Federal	Estabelecer a estrutura organizacional, competências e	Não há menção referente à biblioteca. Quanto a EPT, menciona apenas a adequação do Colégio ditada pela Lei.

	funcionamento do Instituto Federal.	
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Informar os objetivos, administrativos e educacionais da Instituição. Este documento pode incluir diretrizes específicas para o desenvolvimento e a manutenção das bibliotecas.	Apresenta a biblioteca pelo viés de estrutura física, sem nenhuma alusão à sua função pedagógica ou como órgão de apoio à cultura, pesquisa e extensão. Sugere a relevância das bibliotecas na promoção do conhecimento e da cultura; Informa necessidade de atualizar e enriquecer os acervos.
Plano Político Pedagógico Institucional (PPPI)	Estabelecer a concepção, os princípios e as diretrizes pedagógicas que norteiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal.	Sugere a relevância das bibliotecas como órgão de apoio à cultura, pesquisa e extensão. Não há registro ou indicações de táticas de recursos a serem aplicados para a execução de modernização.
Plano Estratégico Institucional	Definir a missão, visão, valores, objetivos e metas do Instituto Federal para um período estipulado. Atualizar e enriquecer os acervos das bibliotecas e das salas de leitura.	Sugere aquisição de material bibliográfico que reflita os interesses informacionais, acadêmicos e científicos da comunidade acadêmica.
Estatuto do Instituto Federal	Estabelecer a estrutura organizacional, competências e funcionamento do Instituto Federal.	Nada mencionado referente a Central de bibliotecas ou Rede SIBI/CPPII

Fonte: o autor (2024).

Além desse conjunto de documentos Institucionais, há outros específicos para melhor funcionamento das bibliotecas da Rede SIBI/CPPII. Consideramos verificar a existência, entendendo que o CPPII é uma instituição centenária, com bibliotecas existentes antes da criação dos Institutos e posterior equiparação.

Aqui estão alguns dos principais documentos necessários às bibliotecas:

Regulamento Interno da biblioteca.

Dispõe as normas e procedimentos para o uso da biblioteca, incluindo regras de empréstimo, devolução e renovação de materiais; abrange as Políticas de uso dos espaços físicos e acesso a recursos digitais. Importante informar que por se tratar de Unidades de Informação com escopos diferentes, cada uma pode construir seu próprio estatuto, em concordância com o estatuto macro das bibliotecas.

Estatuto da Biblioteca.

Define a missão, visão e objetivos da biblioteca; o estatuto também define os critérios para a seleção e capacitação dos profissionais Silva (2020). Além disso, o estatuto estabelece as políticas macro de uso da biblioteca. A organização física da biblioteca, incluindo a disposição dos acervos, áreas de estudo e equipamentos, é planejada para otimizar o acesso e a preservação dos materiais Oliveira (2019).

Da mesma forma que o Regulamento, cada uma pode construir o seu próprio estatuto, caso haja concordância com o documento macro das bibliotecas.

Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC).

Estabelece os fundamentos e diretrizes para a seleção, aquisição, avaliação e desbaste e descarte dos materiais bibliográficos. Nela estão descritos os critérios para a aceitação de doações e atualização do acervo. A política de desenvolvimento de coleções é outro documento que pode variar em alguns aspectos, dependendo do tipo de leitor recebido pela biblioteca.

Manual de Processamento Técnico.

Procedimentos para a catalogação, classificação e indexação dos materiais informacionais. O manual estabelece as normas para o tratamento técnico do acervo, em sistema de gestão de acervo para preservação e conservação do acervo.

Um sistema de gestão de acervo de bibliotecas é uma ferramenta essencial para organizar, catalogar e gerenciar os recursos informacionais de uma biblioteca. Esses sistemas ajudam a manter o controle sobre os livros, periódicos, documentos, e outros materiais, facilitando o acesso e a circulação dos itens.

Aqui estão algumas das principais funcionalidades que devem estar presente no manual, com vista ao auxílio de uso do Sistema Integrado de Gestão (SIG):

- **Catalogação:** Permite a entrada de dados detalhados sobre cada item do acervo, como título, autor, ISBN e classificação.
- **Empréstimo e Devolução:** Gerencia o processo de empréstimo e devolução de materiais, incluindo a renovação e reservas.
- **Controle de Usuários:** Mantém registros dos usuários da biblioteca, incluindo histórico de empréstimos e penalidades.
- **Relatórios e Estatísticas:** Gera relatórios sobre o uso do acervo, auxiliando na tomada de decisões e na gestão eficiente.
- **Interoperabilidade:** Permite a integração com outros sistemas de bibliotecas, facilitando a troca de informações e a migração de dados.

No momento a Rede SIBI/CPIL e assistida Sistema Integrado de Gestão de Biblioteca “*Koha*”, um *software* livre para gestão de bibliotecas, que permite a entrada de dados detalhados sobre cada item do acervo, como título, autor, ISBN e classificação.

Plano de Gestão da Biblioteca.

São as estratégias para a administração do acervo, políticas de aquisição e preservação dos materiais. Metas e indicadores de desempenho para avaliar a eficácia dos serviços oferecidos. Na ausência desse norteador, os serviços são feitos sem estratégias eficientes para o correto atendimento, e sem eficácia com vista ao desenvolvimento e *marketing* das bibliotecas, independente do escopo de atendimento.

É necessário afirmar que o plano de gestão de bibliotecas deve estar em consonância com a política, missão e visão da Instituição que por sua vez segue os direcionamentos de uma educação omnilateral, inclusiva, objetivando preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para o cidadão poder se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade, como afirma.

Política de Acesso e Uso de Recursos Digitais.

Regras para o acesso a bases de dados, livros eletrônicos e outros recursos digitais. Diretrizes para a utilização de computadores e outros equipamentos disponíveis na biblioteca. E outro documento pode ter critérios diferentes para cada nível de formação acadêmica nas bibliotecas.

Plano de Capacitação de Usuários.

Para Figueiredo (1994) os programas de treinamento e capacitação para usuários de bibliotecas são iniciativas que visam educar e orientar em como utilizar os recursos e serviços oferecidos pela biblioteca de maneira eficiente ao disponibilizar uma variedade de tópicos e atividades, como:

- **Introdução aos Recursos da Biblioteca:** Apresentação dos diferentes tipos de materiais disponíveis (livros, periódicos, bases de dados etc.) e como acessá-los.
- **Pesquisa e Uso de Bases de Dados:** Treinamentos sobre como realizar pesquisas eficazes em bases de dados acadêmicas e outras fontes eletrônicas.
- **Gerenciamento de Referências:** Orientações sobre o uso de ferramentas de gerenciamento de referências, como *EndNote*, *Medley* e *Zotero*.

- **Normas de Citação e Referência:** Capacitação sobre como formatar trabalhos acadêmicos de acordo com normas específicas (ABNT, APA, Vancouver etc.).
- **Uso de Catálogos Online:** Instruções sobre como utilizar o catálogo online da biblioteca para localizar e reservar materiais.
- **Serviços de Empréstimo e Devolução:** Explicação dos procedimentos para empréstimo, renovação e devolução de materiais.
- **Recursos para Pesquisadores:** Treinamentos específicos para pesquisadores, incluindo a criação de perfis em plataformas como ORCID e Google Scholar.

Os programas de treinamento e capacitação para usuários incluem workshops e orientações sobre o uso dos recursos informacionais. São essenciais para maximizar o uso das bases digitais dos recursos da biblioteca, desenvolver habilidades e competências que permitam aos usuários explorarem.

De maneira eficaz, as diversas ferramentas e serviços oferecidos e garantir que todos os usuários possam acessar e utilizar as informações de maneira eficaz.

O treinamento de usuários em bibliotecas de Institutos Federais desempenha papel de extrema relevância para a autonomia do leitor, possibilitando o uso dos recursos informacionais e na promoção da eficiência acadêmica. De acordo com Sousa et al. (2019), “os treinamentos de usuários têm contribuído para a melhoria na qualidade dos trabalhos acadêmicos e maior aproximação da biblioteca com os usuários”. Isso demonstra que a capacitação não apenas facilita o acesso à informação, mas também aprimora a qualidade das pesquisas realizadas pelos estudantes e pesquisadores.

Nascimento e Santos (2020) destacam que “a educação de usuários é essencial para o desenvolvimento de habilidades e competências que auxiliam na formação de pesquisadores, destacando a biblioteca como um ambiente de prática educacional”. Esse aspecto é particularmente relevante em IFs, onde a biblioteca atua como uma extensão da sala de aula, proporcionando um espaço para a prática e o desenvolvimento acadêmico contínuo.

Outro ponto importante é a adaptação às novas tecnologias. Carvalho (2011) argumenta que as informações descobertas em programas de formação de usuários contribuem não apenas para encontrar soluções, mas também para gerar

conhecimento. Em um ambiente educacional em constante evolução, a capacidade de utilizar novas ferramentas e tecnologias é eficaz para o sucesso acadêmico.

Marconi e Lakatos (2021) afirmam que a capacitação dos usuários também contribui para a padronização dos processos e redução de erros, ampliando ao conhecimento para a utilização de recursos informacionais sendo imprescindível para conseguir bons resultados, garantindo acesso e interpretação de informações disponíveis.

Concluindo, competência informacional pode ser adquirida nos programas de capacitação, indo além do simples benefício a usuários individuais, mas também fortalecendo a biblioteca na totalidade, tornando-a um recurso ainda mais valioso para a comunidade acadêmica como diz Albuquerque e Paixão (2022).

Porém, após vasculhar as formas de informação oficial do Colégio, na busca de documentos com as políticas e direcionamentos afirmativo, pertinentes a biblioteca, verificamos **não existir apontamentos** oficialmente estabelecidos pela Direção de Ensino (PROEN), quer sejam de estímulo interno ou programas direcionados a comunidade acadêmica externa promovendo eventos culturais, palestras, exposições e outros movimentos que envolvam alunos, docentes e pesquisadores. Outro treinamento **não localizado** são os programas de extensão e treinamentos de usuários no sistema de gestão de acervo ou uso do acervo.

Relatórios de Avaliação e Melhoria Contínua.

Lancaster (2004, p. 01), considera que o processo de avaliação é uma ação planejada para reunião de “dados úteis para atividades destinadas a solucionar problemas ou tomar decisões”. Os relatórios periódicos de avaliação dos serviços oferecidos pela biblioteca são instrumentos que podem auxiliar na construção dos Planos de Ação para a melhoria contínua dos processos e serviços.

A demanda por esses registros é fundamental para compreender de forma mais aprofundada as características e pleitos dos usuários, a fim de proporcionar um serviço de qualidade, cultivar ou fortalecer uma boa impressão.

Nossa afirmativa advém das inovações cada vez mais presentes no mundo da informação por meio das tecnologias da informação e na internet, impondo outros desafios a uma gestão mais focada no usuário. A importância de um processo de avaliação deve preceder qualquer outra ação.

Essas normas garantem o bom funcionamento e a acessibilidade dos serviços oferecidos, assim como a promoção de atividades culturais e educativas de acordo com Santos (2021). Não encontradas nas páginas do Colégio menção às normas.

A menção das bibliotecas nos documentos institucionais do Colégio Pedro II pode evidenciar o reconhecimento de sua relevância como referência, assim como o próprio Colégio, nos espaços de aprendizagem e apoio à formação dos alunos.

Reconhecendo e apoiando essas bibliotecas, o Colégio Pedro II ratifica seu compromisso com uma educação de qualidade, que vai além da sala de aula e se estende a todos os aspectos da formação dos alunos, preparando-os para serem cidadãos críticos e atuantes na sociedade.

9.2 ESTRATÉGIAS PARA OTIMIZAR A PARTICIPAÇÃO DAS BIBLIOTECAS NOS DOCUMENTOS ACADÊMICOS.

As bibliotecas desempenham um fator relevante na produção acadêmica. No entanto, caso não sejam destacadas na Instituição, é necessário adotar estratégias eficazes para garantir que sua presença seja devidamente reconhecida e utilizada nos documentos acadêmicos. Aqui estão algumas sugestões:

Integração de Recursos Digitais: A modernização das bibliotecas, com a inclusão de acervos digitais, facilita o acesso remoto e a consulta de materiais acadêmicos e expande a visibilidade e a acessibilidade dos recursos, além de reduzir custos de comunicação.

Capacitação de Usuários: Oferecer treinamentos e workshops sobre como utilizar os recursos da biblioteca pode aumentar a frequência de uso e a citação de materiais bibliográficos nos trabalhos acadêmicos. Brito e Valls (2017), destacam a utilidade da capacitação para que os leitores aproveitem ao máximo os serviços oferecidos.

Parcerias com Professores: No momento, alguns professores usam o espaço da biblioteca para ministrar aulas, mas não ainda não há parcerias estabelecidas com docentes para integrar o uso da biblioteca nos planos de ensino e provocar os alunos a utilizarem mais os recursos disponíveis.

Outro fator seria o uso do sistema de gestão de acervo que possibilita o atendimento por meio de **listas bibliográficas dos cursos/disciplinas**, serviço

pouco subutilizado, pois a personalização do conteúdo da biblioteca para atender às necessidades específicas dos cursos é uma estratégia eficaz.

Promoção de Eventos Acadêmicos: Organizar eventos como seminários, palestras e círculos de leitura pode aumentar a visibilidade da biblioteca e promover o uso de seus recursos. Esses eventos também podem servir como plataformas para destacar a importância das bibliotecas na pesquisa acadêmica.

Desenvolvimento de Trilhas de Leitura: Criar listas de leitura recomendadas e trilhas de estudo pode orientar os alunos na utilização dos recursos da biblioteca. Isso não só facilita o acesso ao material relevante, mas também incentiva a citação de fontes bibliográficas nos documentos acadêmicos.

Feedback e Melhoria Contínua: Coletar feedback dos usuários sobre os serviços e recursos da biblioteca permite identificar áreas de melhoria e adaptar os serviços às necessidades dos estudantes e pesquisadores. A inovação contínua é essencial para manter a relevância da biblioteca no ambiente acadêmico.

10 CONCLUSÃO

Este trabalho analisou a percepção do Colégio Pedro II, em relação à sua Rede de bibliotecas, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), utilizando como base a documentação orgânica da instituição, considerando a visão, os valores, missão e prioridades da instituição.

Em Souza *et al.* (2022), a cultura organizacional é forte influência para os valores e práticas, formalmente reconhecidos e promovidos na instituição. Com a efetividade da EPT dependendo da colaboração de todas as partes envolvidas, a falta de reconhecimento dos órgãos pode prejudicar o desenvolvimento de práticas inovadoras no ensino.

O reconhecimento é um fator-chave para incentivar comportamentos inovadores e espontâneos essenciais ao sucesso organizacional. Além disso, como destacado por Zago (2013), a comunicação clara e a transparência são fundamentais para criar um ambiente no qual todos os membros se sintam valorizados e informados acerca dos objetivos institucionais.

Alertamos aos membros gestores da instituição que a ausência de reconhecimento, visto por meio da omissão de organismos nos documentos institucionais, é um fator que provoca desmotivação e desvalorização das contribuições realizadas.

As fontes analisadas não apresentaram informações adequadas para elucidar as questões vinculadas às fundamentações da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) nos documentos, ou seja, os pontos relevantes que deveriam ter sido considerados ao estabelecer ou reconfigurar a biblioteca em seu significado na Instituição.

Assim, fica evidente a necessidade urgente de mudança cultural na instituição. Isso compreende a revisão dos documentos institucionais para garantir o reconhecimento adequado de todos os órgãos, implementando práticas de gestão, que promovam a inclusão e valorização, não apenas para fortalecer a cultura organizacional, mas também facilitar a efetividade na EPT embora, não haja ainda, um consenso quanto a nomenclatura para as bibliotecas dos Ifs a sua função é definida e clara.

A efetividade da Educação Profissional e Tecnológica em relação ao dever institucional das bibliotecas no Colégio Pedro II pode ser avaliada como a

competência dessas bibliotecas de apoiar e enriquecer o processo educacional e formativo dos alunos e professores, por meio dos recursos informacionais, espaços de estudo e apoio ao desenvolvimento de competências informacionais.

No contexto da EPT, há maneiras de contribuir apoiando os professores, oferecendo recursos que auxiliam os docentes a se manterem atualizados e a desenvolverem suas práticas pedagógicas.

Uma das práticas é a Integração curricular, ao fornecer materiais que suportam diferentes disciplinas e promovem uma abordagem interdisciplinar, alavancando outra forma de suporte e participação, essencial para a EPT, carente de uma visão holística e integrada do conhecimento.

Competências informacionais e ambiente para o estudo e reflexão são vitais ao desenvolvimento de habilidades de pesquisa, seleção e avaliação de informações, e sucesso acadêmico e profissional.

O alinhamento estratégico na cultura organizacional deve estar refletindo a estratégia e os objetivos da instituição. Quando um órgão não é valorizado, isso pode indicar um desalinhamento entre a cultura organizacional e a estratégia institucional.

Devido à diversidade de público do CPII, composta por professores, mestres, doutores, alunos adultos, alunos jovens e outros; o acervo e os serviços prestados por bibliotecas da EPT precisam ser diversificados, para atender os numerosos componentes curriculares essenciais para estruturar os conteúdos abordados durante a formação acadêmica que integram a formação do indivíduo em determinada instituição prevendo a inclusão com os vários níveis e tipos da Educação e com a amplitude do trabalho, da ciência e da tecnologia.

A biblioteca deve refletir, por meio do seu acervo, essa composição do currículo, pois livros, periódicos científicos e bases de dados oferecidos pelo espaço devem contemplar os conteúdos e as referências bibliográficas listadas no Projeto Pedagógico de cada curso ou no currículo da instituição.

Como exemplo de aproveitamento podemos falar do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos–PROEJA, articulado à EPT, que busca oportunizar formação integral com compreensão plena da realidade econômica, social, cultural e política, do mundo do trabalho.

No PROEJA, os itinerários formativos são voltados para atender às demandas dos jovens e adultos. Isso significa que o currículo é discutido para combinar a educação básica com a formação técnica e profissional, a uma educação integral e relevante para o mercado de trabalho, distanciando-se de uma formação voltada a atender somente às necessidades mercadológicas.

Buscamos pelo Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e os componentes curriculares oficiais do PROEJA, documentos fundamentais para garantir que todos na comunidade educativa estejam alinhados em relação às metas e práticas educacionais dessa oportunidade direcionada a jovens e adultos ao acesso à educação básica ou tecnológica.

Por ser uma das unidades que prestam oferta desse curso procuramos no campus Centro a estrutura curricular e as ementas das disciplinas, que detalham os conteúdos a serem abordados, assim como as referências bibliográficas recomendadas nos cursos Técnico em Administração e Assistente Administrativo. Pretendíamos entender de qual forma garantir melhor atendimento a esse público e maximizar o atendimento dual EPT e biblioteca.

Porém, até o mês de novembro de 2024, período da conclusão deste trabalho, não foi localizado qualquer documentação orgânica institucional que possibilitasse informações nesse sentido, proporcionando inclusão social, cidadania e uma educação de qualidade adequada aos conhecimentos gerais e específicos, flexibilidade e autonomia informativa tanto aos alunos, quanto aos profissionais que atuam na biblioteca.

É possível também considerar que a formação inicial e continuada dos servidores, técnicos das bibliotecas, deve estar alinhada com as demandas da EPT, incluindo conhecimentos pedagógicos, tecnológicos e específicos da área de atuação.

Seguindo as propostas de uma educação omnilateral pode se compreender o contexto social e produtivo onde os estudantes estão inseridos, a realidade econômica, para poderem auxiliar no desenvolvimento de projetos e atividades que atendam às demandas do mercado de trabalho, porém escapando do viés mercadológico puro e simples.

Portanto, todos os servidores devem estar comprometidos com a oferta de um ensino de qualidade, que promova a formação integral dos estudantes e contribua para o desenvolvimento social e econômico do país.

Entretanto, em meio a todas as lacunas observadas, um evento é visto positivamente, pelos profissionais das bibliotecas, nesta construção do atual PDI. Consta do convite aos bibliotecários para contribuir na construção do novo PDI, com informações referentes à biblioteca, neste ano de 2024. Esse fato causou satisfação em meio aos profissionais, ao serem quase duzentos anos sem esse tipo de importância.

Refletindo nessa lógica, podemos considerar que a biblioteca é um elemento de integralização curricular, no caminho da Educação Profissional e Tecnológica. Porém, se houver falhas ou pouco comprometimento curricular, por conseguinte, haverá impacto no serviço prestado pela biblioteca.

Por isso, é preciso pensar na biblioteca de uma instituição de EPT como um órgão ativo no ambiente escolar, seus serviços e recursos informacionais, colaborando no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, também na formação de sujeitos críticos no uso das informações.

Concluimos sugerindo a necessidade de mudança cultural para minimizar as ausências encontradas e isso pode incluir a revisão dos documentos institucionais para garantir que todos os órgãos sejam devidamente reconhecidos e valorizados.

Além disso, a implementação de práticas de gestão que promovam a inclusão e o reconhecimento, pode ajudar a fortalecer a cultura organizacional, e principalmente, estabelecer um padrão de formação continuada com os atores do órgão biblioteca, para a reflexão sobre como ser um agente multiplicador e motivador de disseminação de conhecimento e construtor de saberes, das bases da EPT, perfilado a perspectiva da formação integral do sujeito.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M. T. dos S.; PAIXÃO, P. B. S. Competência em informação em bibliotecas universitárias por meio da educação a distância. InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**. Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 345-366, mar./ago. 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/184710>. Acesso em: 24 nov. 2024.
- ALMEIDA, J. L. S. de; FREIRE, G. H. de A. A Biblioteca multinível no IFPB Campus Sousa: conceito, descrição e finalidade. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 520-537, set. 2018.
- ALMEIDA, J. L. S. de; PERUCCHI, V.; FREIRE, G.H.A. de. Ciência-Ação em Ciência da Informação: um método qualitativo em análise. **EncontrosBibli**, v. 25, p.01-24, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e66993> Acesso em: 4 dez. 2021.
- ALMEIDA, S. N. de O. **Concepções de educação integral e suas relações com equidade educacional**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/31865>. Acesso em: 24 nov. 2024
- ALVES, A. P. M. **Competência informacional e o uso ético da informação na produção científica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/catalogo/competencia-informacional-e-o-uso-etico-da-informacao-na-producao-cientifica/>. Acesso em: 21 jul. 2022.
- ANDRADE, V. L. C. de Q.; SANTOS, B. B. M. dos. Memória e Patrimônio da História da Educação Brasileira - O Colégio Pedro II. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 28, 2015, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945028_2762c9002e4a753bd641e0cd6c8ad51f.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024.
- BRANDÃO, J. L.A; FREIRE, G. H. de A; PERUCCHI, V. Biblioteca educativa pública nos institutos federais: identidade, finalidade, função, natureza e perspectivas. **Encontros Bibli** [Internet]. 2023;28:e89493. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2023.e89493>. Acesso em: 25 maio 2024.
- BRANDÃO, J. L. A. de; FREIRE, G. H. de A.; PERUCCHI, V. Construção identitária das bibliotecas dos Institutos Federais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/view/162> Acesso em: 27 maio 2022.
- BRASIL. **Anuário do Colégio Pedro II (1949-1950)**. v. XV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura, 1954a.

BRASIL. **Decreto nº 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854.** *In:* Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1854. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854b.

BRASIL. **Decreto nº 2006, de 24 de outubro de 1857.** *In:* Collecção das leis do Imperio do Brazil de 1857. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1857.

BRASIL. **Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992.** Institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 14 maio 1992.

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017.** Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, 2017.

BRASIL. **Decreto s/n, de 2 de dezembro de 1838.** Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. Coleção das leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, v.1, parte 2, p. 59-61, 1837.

BRASIL. **Decreto-Lei de 2 de dezembro de 1837.** *In:* Anuario do Collegio Pedro II. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunais, 1914.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: L4024. Acesso em: 30 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003.** Institui a Política Nacional do Livro. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 31 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012.** Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jun. 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12677-25-junho-2012-613458-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.** Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 24 dez. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313.htm. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006.** Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 ago. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll>. Acesso em: 25 nov. 2024.

BRASIL. **Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.** Disponível em: [SNBP – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas](#). Acesso em: 20 nov. 2024.

BRITO, R. G.; VALLS, V. M. O papel das bibliotecas no contexto das Tecnologias Digitais e novas formas de aprendizagem. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 77-110, jan./jul. 2017. Disponível em:

https://www.academia.edu/81316757/O_papel_das_bibliotecas_no_contexto_das_Tecnologias_Digitais_e_novas_formas_de_aprendizagem. Acesso em: 27 nov. 2024.

CARVALHO, E. F. **Experiência e formação de usuários em bibliotecas universitárias**: estudo de caso na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE). 2011. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2011. Disponível em: 2011_EricaFrancoCarvalho.pdf. Acesso em: 20 nov. 2024.

COLÉGIO PEDRO II (Rio de Janeiro, RJ). **Planejamento Estratégico (2019-2023)**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/usingjoomla/extensions/components/contentcomponent/article-categories/9835-planejamento-estrat%C3%A9gico-2019-2013.html> Acesso em: 1 jun. 2020.

COLÉGIO PEDRO II (Rio de Janeiro, RJ). **Estatuto**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/set/ESTATUTO%20MODIFICADO%20PELO%20CONSUP.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2024.

COLÉGIO PEDRO II (Rio de Janeiro, RJ). **O Colégio Pedro II hoje**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2014. Disponível em: [Colégio Pedro II - História do CPII \(cp2.g12.br\)](http://www.cp2.g12.br). Acesso em: 9 jun. 2023.

COLÉGIO PEDRO II (Rio de Janeiro, RJ). **Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2023)**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2019/Outubro/pdi/1.%20Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2020.

CONIF. **Institucional**. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/institucional/conif>. Acesso em : 6 set. 2021.

CRESPO, I. M.; RODRIGUES, A. V. F.; MIRANDA, C. L. Educação continuada **Biblios**, LIMA, v. 7, n. 25-26, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/11881008.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

DEWEY, M. **A Classification and Subject Index for Cataloguing and Arranging the Books and Pamphlets of a Library**. Amherst: Amherst College, 1876.

DORIA, E. **Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo (1837-1937)** 2. ed. Brasília, DF: INEP, 1997.

DUDZIAK, E. **Dados de pesquisa agora devem ser armazenados e citados**. 2016. Disponível em: <http://www.sibi.usp.br/?p=6189> Acesso em: 10 ago. 2024.

EL FAR, A. **O livro e a leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

EVANS, G. E. **Developing Library and Information Center Collections**. 4. ed. Englewood: Libraries Unlimited, 2000.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Estudo de uso e usuários da informação**. Brasília, DF: IBICT, 1994. 154p.

FONSECA, D.; CALIL JUNIOR, A. **Panorama dos programas de capacitação de usuários das Bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Repositório – FEBAB. Disponível em: <http://repositorio.febab.org.br/items/show/6785>; Acesso em: 25 nov. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAMA, C. A. M. A educação profissional no Brasil: de escolas de aprendizes artífices a institutos federais – um longo percurso. **Vértices**, v. 17, n. 2, p. 215-09, 2021. DOI: 10.19180/1809-2667.v17n215-09.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2007.

GISI, M. L. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n. 17, p. 97-112, jan./abr. 2006. DOI: 10.7213/rde.v6i17.6740

GONÇALVES, J. R. *et al.* A evolução da tecnologia na educação. **Revista Processus de Estudos de Gestão, jurídicos e Financeiros**, v. 10, n. 37, p. 21-34, 2019. Disponível em: v. 10 n. 37 (2019): Revista Processus de Estudos de Gestão, jurídicos e Financeiros, ISSN: 2178-2008, Ano X, Vol.X, n.37, jan./mar., 2019. | Revista Processus de Estudos de Gestão, jurídicos e Financeiros. Acesso em: 9 jun. 2023.

GOUVEIA, M. L. **Autonomia e gestão nas escolas**: reflexões sobre práticas e políticas. Educação & Realidade, 2014.

HEEREN, J.; SILVA, A. Autonomia administrativa nos Institutos Federais: desafios e perspectivas. *In*: OLIVEIRA, F. M. (org.). **Gestão educacional**: contextos e práticas. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

HILSDORF, M. L. S. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006, 135p.

HONORATO, A. L. M.; NERY, A. D. **Ensino e mediação em rede**: eixos de formação dos professores. São Paulo: Editora Senac, 2017.

HONORATO, T.; NERY, A. C. B. Constituição, agentes e usos de uma biblioteca de formação de professores (1897-1923). **Revista Brasileira de História da Educação**, 2017, v. 17. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161727008>. Acesso em: 24 nov. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Diretrizes IFLA para o Desenvolvimento Profissional Contínuo**: princípios & melhores práticas (Poster). Tradução FEBAB. [s. l.]: IFLA, 2021. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/1125>. Acesso em: 24 Jul. 2024.

JURAN, J. M. **Juran on Planning for Quality**. New York: Free Press, 1988.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF: Bricquet de Lemos/Livros, 2004.

LIMA, C.B.; PERROTTI, E. **Bibliotecário**: um mediador cultural para a apropriação cultural. *Informação@profissões*, [s. l.], v. 5, n. 2, p.161-180, 23 dez. 2016. Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/28319>. Acesso em: 3 maio 2019.

LIMA, G. **Curso de Preservação de Acervo Bibliográfico e de Documentação, 21**. [Vídeo]. YouTube, 2024. Disponível em: [Bing Vídeos](#) . Acesso em: 20 nov. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, R. D. **Perfil do bibliotecário**: uma realidade brasileira. Disponível em: <http://biblioteca.estacio.br/artigos/004.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa, e da biblioteca: com um capítulo referente à propriedade literária e, apêndice as convenções de Berna, de Washington e Universal, sobre os direitos autorais. São Paulo: Ática, 2002. 519p.

MCCONNELL, K. J.; NEWLON, C. L.; DELATE, T. **Anais de Farmacoterapia**, v. 44, n. 10, p. 1585-1586, 2010.

MEIRELLES, A. P. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

MELO, M. de S. A criação da escola pública para as classes desfavorecidas no Brasil e o direito à educação e obrigatoriedade escolar: uma visão a partir do século XIX. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 38, p. 329-344, 2021. DOI: 10.31418/2177-2770. 2021.

MELO, J. S. de. **História da Educação no Brasil**. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012. Disponível em: [Historia da educação.pdf](#). Acesso em: Jan. 2025.

MENDONÇA, A. W. P. C. et al. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 4, p. 985–1000, out. 2013. Disponível em: [SciELO Brasil - A criação do](#)

Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. Acesso em: 25 de jan. de 2025.

MESQUITA, L. A. F.; POZZEBON, M.; PETRINI, M. Construindo Espaços de Interação Social a partir de Relações e Práticas de Trabalho Compartilhado. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 2, p. 181–196, mar de 2020.

MILANESI, A. **Bibliotecas no Brasil: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Senac, 2013.

MILANESI, L. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, São Paulo, n. 97, p. 59-70, mar./abr./maio, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685> Acesso em: 21 nov. 2023. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i97p59-70>.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos, 94).

MILANESI, L. **Biblioteca Pública: quais os caminhos viáveis para a sobrevivência das bibliotecas públicas pós internet**. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://iptv.usp.br/portal/InfosEvento.do? EntityIdentifierEvento=uspTfOusPVjIGXpnz12ujNg8yALnvn3Fblv0bEZT15xPI>.

MONITORAMENTO NOC. **Treinamento do usuário no uso de softwares: qual a importância e como fazer?** 2020. Disponível em: <https://globaldata.com.br/treinamento-usuario/>. Acesso em: 14 set. 2024.

MORO, L. R. **Gestão e autonomia nas escolas: desafios e perspectivas**. Educação & Sociedade, 2016.

MORTATTI, M. do R. História dos métodos de alfabetização no Brasil. *In: Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2019, pp. 27 – 46. Disponível em: <https://doi.org/10.7475/9788595463394.0004>. Acesso em: 25 nov. 2024.

NASCIMENTO, A.; SANTOS, L. C. P. A importância da educação de usuários nas bibliotecas. **Revista Fontes Documentais**, v. 2, n. 1, p. 23-34.

NASCIMENTO, C. A. D. Formação docente contínua: a busca da satisfação pessoal na construção de uma identidade profissional na sociedade do século XXI. **Revista Educação Pública**, 2014. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/30/formaccedilatildeo-docente-contiacutenua-a-busca-da-satisfaccedilatildeo-pessoal-na-construccecdilatildeo-de-uma-identidade-profissional-na-sociedade-do-seacuteculo-xxi>. Acesso em: 27 nov. 2024.

NASCIMENTO, M. I. M. **O império e as primeiras tentativas de organização da educação nacional (1822-1889)**. HISTEDBR. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/o-imperio-e-as-primeiras->

tentativas-de-organizacao-da-educacao-nacional-1822-1889. Acesso em: 24 nov. 2024.

NUNES, M. S. C.; CARVALHO, K. de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação** [online]. 2016, v. 21, n. 1, p. 173-193. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2572>. Acesso em: 24 nov. 2024.

OLIVEIRA, M. de. **Ciência da Informação e Biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. 143 p. (Coleção Didática).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Guidelines for Literacy and Information Literacy**. 2013. Disponível em: Microsoft Word - IFLA guidelines con indice.doc. Acesso em: 20 nov. 2024.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.5, n. 3, p. 1-16, out. 2004

PACHECO, E. Apresentação e Fundamentos da Proposta Político Pedagógica. *In*: **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015. p. 6-27.

PACHECO, E. (org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011. Disponível em: <http://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120> Acesso em: 10 dez. 2023.

PACHECO, E. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22. 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575> Acesso: 10 dez. 2023.

PAULA, D. G. DE.; NOGUEIRA, V. L. Escola pública e liberalismo o Brasil Imperial: construção do Estado e abandono da nação. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, v. 21, n. 53, p. 182–198, set. 2017. Disponível em: <HTTPS://DOI.ORG/10.1590/2236-3459/57191>.

PENNA, F. A. **Sob o nome e a capa do Imperador**: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, L. Instrumentos de Gestão Pública no Ensino Superior. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 3, p. 123-140, 2018.

PORTELLA, C. M. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 247–264, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000200016>. Acesso em: 19 abr. 2024.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

RETAMAR, H. J. C.; ROSA, H. D. da. Interação entre pares e construção conjunta de conhecimento: ações pedagógicas para uma sala de aula de Língua Espanhola mais democrática no Ensino Médio. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 24, n. 2, p.22 – 982, 2024.

RICUPERO, R. **A formação da elite colonial no Brasil: (de 1530 a 1630)**. São Paulo: Almedina. Disponível em: ReP USP - Detalhe do registro: A formação da elite colonial no Brasil: (de 1530 a 1630). Acesso em: 14 set. 2024.

SANTOS, A. **Gestão Estratégica em IES: Teoria e Prática**. Editora Universitária, 2021.

SANTOS, A. P. L. dos.; RODRIGUES, M. E. F. Biblioteconomia: gênese, história e fundamentos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 116–131, 2014. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/248>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SANTOS, B. B. M. dos. **O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II: a década de 1970: a história e os estudos sociais**. Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2011

SANTOS, J. L. **Autonomia escolar: significados e práticas**. São Paulo: Editora Cortez, 2015.

SANTOS, J. M. O processo evolutivo das bibliotecas da antiguidade ao renascimento. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 181-182, 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/viewFile/237/235>. Acesso em: 4 jan. 2024.

SANTOS, M. A. B. **Regulamentação e concepção das bibliotecas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: em busca de sua historicidade e identidade**. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8919>.

SANTOS, M. A. B.; GRACIOSO, L. S. As bibliotecas dos institutos federais de educação: regulamentação e concepção. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. *In*. **ENANCIB**, 19, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102495>. Acesso em: 14 ago. 2021

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; ROMEIRO, N. L.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/ANCIB, 2021a. p. 1-16.

SILVA, J. A Biblioteca Nacional e a construção da memória cultural brasileira. **História da Leitura no Brasil**, v. 2, n. 1, p. 45-60, 2010.

SILVA, J. **Planejamento Estratégico em Instituições de Ensino Superior**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 123 p.

SOUSA, G.; CARVALHO, L.; CARVALHO, C. A leitura no Brasil Colônia e suas (Inter)relações com a contemporaneidade. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 18, p. 17-28, 2020. DOI: 10.20396/rho.v18i1.8651614. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651614>. Acesso em: 20 nov. 2024.

SOUSA, L. L. de Baía; R. V. de S., Ribeiro, S. G. A.; Corrêa, J. P. Treinamentos de usuários em bibliotecas universitárias: um relato de experiência da Universidade Federal Rural da Amazônia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, p. 45-58, 2019.

STANGE, C. E. B.; AZEVEDO, M. L. N. de; CATANI, A. M. Avaliação institucional e educação superior: contexto, regulações e novas tendências - a multidimensionalidade em foco. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**: Goiânia, v. 38, n. 1, e122190, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2447-41932022000100208&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2024.

TAYLOR, F. W. **The Principles of Scientific Management**. New York: Harper & Brothers, 1911.

UNESCO (1994). UNESCO/IFLA Public **Library Manifesto**. http://portal.unesco.org/ci/en/ev.phpURL_ID=4638&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.htm VARLEJS, J. (org.). Directrices de la IFLA para el Desarrollo Profesional Continuo: principios y buenas prácticas. [S.l.]: IFLA, 2020a. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/123456789/1125>. Acesso em: 24 jul. 2022.

VARLEJS, J. Controle de qualidade e garantia para educação profissional continuada. In: WARD, P. L. (Ed.). Educação profissional continuada para a sociedade da informação. IFLA Publications, v. 100, p. 232-242. Munique: K. G. Saur, 2002.

VARLEJS, J.; WALTON, G. **Estratégias para regenerar a biblioteconomia e a profissão da informação**. Publicação IFLA, n. 139. Munique: K. G. Saur, 2009.

VASCONCELOS, **Bernardo Pereira de. Bernardo Pereira de Vasconcelos**. Organização e introdução de José Murilo de Carvalho. São Paulo: Ed. 34, 1999.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989.

WEBER, M. **Economy and Society**: An Outline of Interpretive Sociology. Berkeley: University of California Press, 1947.

ANEXOS

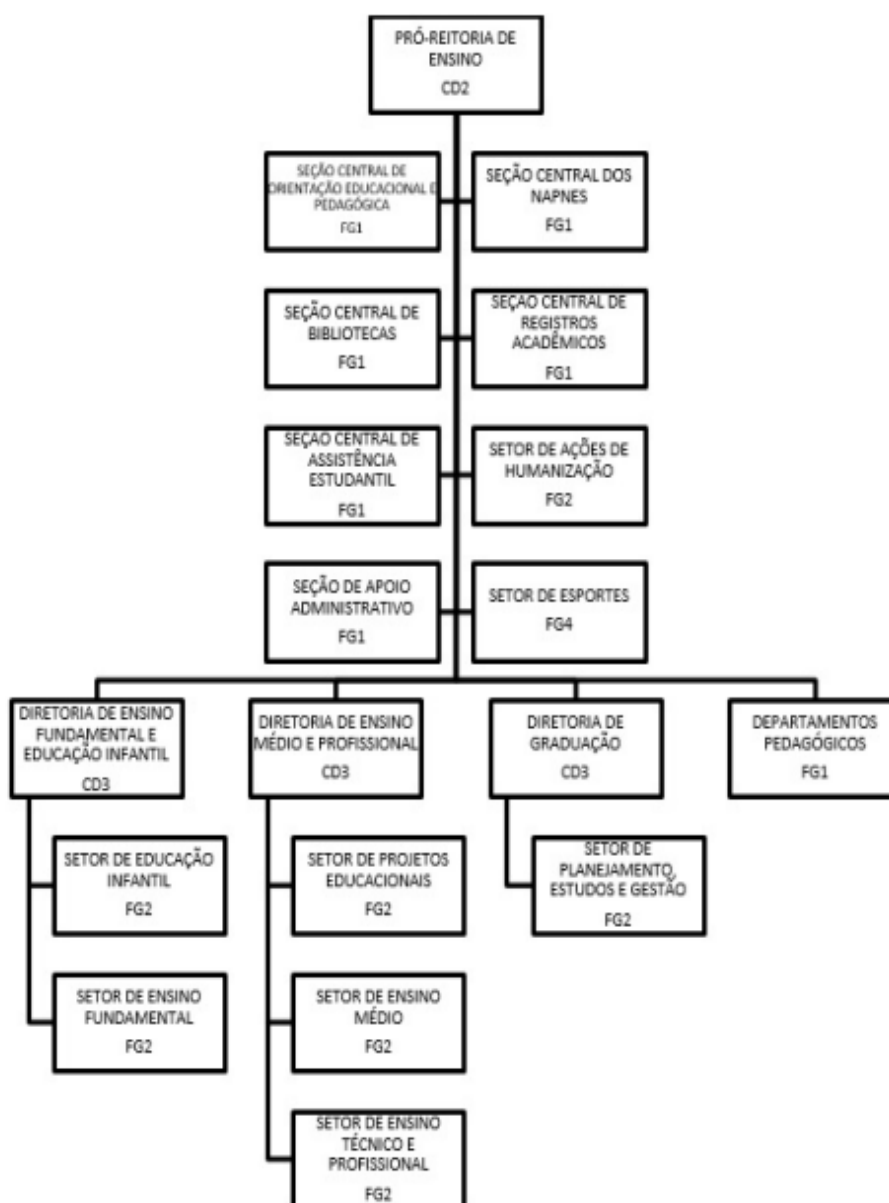
ANEXO A - EVOUÇÃO DAS BIBLIOTECAS 2008 - 2022

CAMPI	Nº DE BIBLIOTECÁRIOS ANO 2008	Nº DE BIBLIOTECÁRIOS ANO 2012	Nº DE BIBLIOTECÁRIOS ANO 2013	Nº DE BIBLIOTECÁRIOS ANO 2014	Nº DE BIBLIOTECÁRIOS ANO 2018	Nº DE BIBLIOTECÁRIOS ANO 2019	Nº DE BIBLIOTECÁRIOS ANO 2020 a 2021	Nº DE BIBLIOTECÁRIOS 2022 a atual
D. Caxias	x	x	x	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Cessão de Bibliotecas	x	x	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Centro CEDOM LADAH	x	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	x	x	x
Centro CEDOM NUDOM	x	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	x	x	x
Centro CEDOM - Biblioteca Histórica	x	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
CEDOM – Centro de Estudos Antenor de Veras Nascentes	x	x	x	x	x	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
CREIR	x	x	x	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Centro	3 bibliotecários	2 bibliotecários	2 bibliotecários	2 bibliotecários	2 bibliotecários	2 bibliotecários	1 bibliotecários	1 bibliotecários

S. Cristóvão I	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
S. Cristóvão II	5 bibliotecários	3 bibliotecários	2 bibliotecários	2 bibliotecários	2 bibliotecários	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
S. Cristóvão III	x	x	x	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Engenho Novo I	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Engenho Novo II	3 bibliotecários	3 bibliotecários	3 bibliotecários	2 bibliotecários	2 bibliotecários	2 bibliotecários	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Realengo I	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Realengo II	1 bibliotecário	1 bibliotecário	x	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Niterói	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Tijuca I	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Tijuca II	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Humaitá I	1 bibliotecário	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	<i>Sala de leitura</i>	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
Humaitá II	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário	1 bibliotecário
PROPGPEC	XXXXX	1 bibliotecário	2 bibliotecários	2 bibliotecários	2 bibliotecários	2 bibliotecários	1 bibliotecário	1 bibliotecário

Fonte: Diretrizes para o SIBI/CPH (em construção)

ANEXO B - ORGANOGRAMA DOS DEPARTAMENTOS



Documento assinado eletronicamente por:

▪ Ana Paula Giroux Leitao, REITOR(A) - CD1 - CPII, em 15/05/2024 16:45:24.

FONTE: CPII